

1

DIREITO CIVIL

Parte Geral

SÍLVIO DE SALVO VENOSA

21^a
edição revista e
atualizada

 | atlas

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data da entrega dos originais à editora. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 22.01.2021
- O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2021 by
Editora Atlas Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Rua Conselheiro Nébias, 1.384
São Paulo – SP – 01203-904
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Capa: Danilo Oliveira
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

V575d
Venosa, Sílvio de Salvo

Direito Civil: parte geral / Sílvio de Salvo Venosa. 21. ed. – São Paulo: Atlas, 2021.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-85-97-02716-7

1. Direito civil – Brasil. I. Título.

21-68870

CDU: 347.12(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

SUMÁRIO

Parte I

Introdução ao Direito Civil

1	Introdução ao Direito Civil	3
1.1	Tipicidade.....	5
2	Fontes do Direito.....	7
2.1	Lei.....	8
2.1.1	Classificação das leis.....	9
2.2	Costume.....	12
2.3	Doutrina.....	14
2.4	Jurisprudência.....	15
2.5	Analogia.....	18
2.6	Princípios gerais de direito.....	19
2.7	Equidade.....	20
3	Direito Romano.....	23
3.1	Direito Romano – compreensão e importância.....	23
3.2	Fases do Direito Romano – sua divisão.....	25
3.2.1	Período Régio.....	25
3.2.2	Período da República.....	27
3.2.3	Período do Principado.....	34
3.2.4	Período da Monarquia Absoluta.....	35
3.3	Sistema do <i>ius civile</i>	36
3.4	Sistema do <i>ius gentium</i>	38
3.5	Codificação de Justiniano – outras codificações	39
3.5.1	Código.....	41
3.5.2	<i>Digesto</i>	41
3.5.3	<i>Institutas</i>	43
3.5.4	<i>Novelas</i>	44

3.5.5	Características e importância geral da compilação de Justiniano	44
3.5.6	Destino da codificação de Justiniano	44
3.6	Direito Romano e moderno Direito Civil brasileiro	45
4	Direito Civil	47
4.1	Direito privado em face do direito público	47
4.2	Direito Civil como um ramo do direito privado	49
4.3	Importância do Direito Civil	51
4.4	Objeto do Direito Civil	52
4.5	Fontes do Direito Civil	53
5	Sistemas Jurídicos	55
5.1	O que se entende por sistema jurídico	55
5.2	Por que estudar os fundamentos dos vários sistemas jurídicos	56
5.3	Sistemas jurídicos no mundo contemporâneo	57
5.3.1	Introdução ao sistema romano-germânico	58
5.3.2	<i>Common law</i>	58
5.3.3	Relações entre o sistema romano-germânico e o <i>common law</i> ...	62
5.3.4	Direitos socialistas	62
5.3.5	Sistemas filosóficos e religiosos – direito chinês e direito japonês	64
5.4	Sistema romano-germânico: características	65
5.4.1	Universidades	66
5.4.2	Dos costumes à codificação	68
5.4.3	Novas tendências	69
6	Codificação	71
6.1	Introdução	71
6.1.1	Efeitos positivos e negativos da codificação	72
6.1.2	Novos rumos da codificação	73
6.2	Código de Napoleão	74
6.3	Código alemão (BGB)	75
6.4	Outras codificações do século XX	77
6.5	Técnicas da codificação	77
7	Direito Civil Brasileiro	79
7.1	Direito Civil antes do Código	79
7.2	As várias tentativas de codificação	80
7.3	Código Civil brasileiro de 1916	81
7.4	Tentativas de reforma legislativa	82

8	Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	85
8.1	A Lei de Introdução	85
8.2	A lei e sua obrigatoriedade.....	86
8.3	<i>Vacatio legis</i> . Vigência.....	87
8.4	Modificação ou revogação da lei.....	89
8.5	Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece (art. 3º da Lei de Introdução)	90
8.6	Aplicação da lei. Analogia, costumes, princípios gerais de direito.....	92
8.7	Os fins sociais da lei e as exigências do bem comum	94
8.8	Ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa julgada	96

Parte II

Teoria Geral do Direito Civil

9	Sujeitos de Direito (I) – Direito Romano	103
9.1	Pessoa natural.....	103
9.2	Ser humano sujeito de direito – <i>status libertatis</i>	104
	9.2.1 Escravidão.....	105
	9.2.2 Condição de liberto – patronato.....	107
9.3	<i>Status civitatis</i>	108
9.4	<i>Status familiae</i>	108
10	Sujeitos de Direito (II)	111
10.1	Pessoa natural	111
10.2	Começo da personalidade natural	113
	10.2.1 Condição do nascituro.....	115
10.3	Incapacidades. Absoluta e relativa. Exclusão do ausente do rol de incapacidades	118
	10.3.1 Menores de 16 anos	120
	10.3.2 A deficiência mental. O Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	121
	10.3.3 Incapacidade transitória.....	122
10.4	Incapacidade relativa. Maiores de 16 e menores de 18 anos	123
	10.4.1 Pródigos	123
	10.4.2 Ébrios, toxicômanos, deficientes mentais e os excepcionais sem desenvolvimento mental completo.....	125
	10.4.3 Surdos-mudos. Deficientes visuais. Perspectivas no atual Código... ..	125
10.5	Proteção aos incapazes (<i>leitura adicional</i>)	126
10.6	Silvícolas (<i>leitura adicional</i>)	126
10.7	Emancipação.....	127
10.8	Ausência no atual Código	131
10.9	Fim da personalidade natural. A morte presumida no Código Civil de 2002.....	133

10.9.1	Comoriência.....	138
10.9.2	Momento da morte.....	140
10.10	Estado das pessoas	140
10.11	Atos do registro civil	143
10.11.1	Nascimentos	145
10.11.2	Óbitos	146
10.11.3	Emancipação, interdição e ausência.....	147
10.11.4	Considerações finais.....	147
11	Direitos da Personalidade. Nome Civil das Pessoas Naturais	149
11.1	Direitos da personalidade. Noção e compreensão.....	149
11.1.1	Direitos da personalidade. Características. Enumeração.....	150
11.1.2	Tutela dos direitos da personalidade	152
11.1.3	Legitimidade para a tutela dos direitos da personalidade	153
11.1.4	Proteção da imagem, nome, privacidade e outros aspectos afins	155
11.1.5	Direito ao próprio corpo.....	161
11.1.6	Pessoa jurídica e direitos da personalidade.....	163
11.2	Nome civil das pessoas naturais.....	165
11.2.1	Origens históricas	166
11.2.2	Natureza jurídica.....	167
11.2.3	Elementos integrantes do nome.....	167
11.2.4	Nome: prenome e sobrenome. Possibilidade de alteração	169
11.2.4.1	Alteração do nome da mulher e do marido.....	175
11.2.4.2	Apelido de família do padrasto ou da madrasta	178
11.2.4.3	Redesignação do estado sexual e mudança de prenome.....	178
11.2.5	Proteção do nome.....	180
12	Domicílio	183
12.1	Domicílio no Direito Romano.....	184
12.2	Domicílio, residência e moradia	184
12.3	Unidade, pluralidade, falta e mudança de domicílio.....	187
12.4	Importância do domicílio	188
12.5	Espécies de domicílio.....	190
12.5.1	Domicílio de eleição (foro de eleição).....	193
12.6	Domicílio da pessoa jurídica	195
13	Pessoas Jurídicas no Direito Romano	197
13.1	Pessoa jurídica – introdução.....	197
13.2	Pessoa jurídica no Direito Romano	197
13.3	Principais pessoas jurídicas	198
13.4	Capacidade das pessoas jurídicas no Direito Romano.....	199

14 Pessoas Jurídicas	201
14.1 Introdução.....	201
14.2 Denominação.....	203
14.3 Requisitos para a constituição da pessoa jurídica.....	203
14.4 Natureza da pessoa jurídica	204
14.4.1 Doutrinas da ficção.....	204
14.4.2 Doutrinas da realidade.....	206
14.4.3 Doutrinas negativistas.....	207
14.4.4 Doutrina da instituição	207
14.4.5 Conclusão	207
14.5 Capacidade e representação da pessoa jurídica	209
14.6 Classificação das pessoas jurídicas.....	210
14.6.1 Pessoas jurídicas de direito privado	212
14.6.2 Grupos com personificação anômala.....	214
14.7 Patrimônio como elemento não essencial da pessoa jurídica	217
14.8 Responsabilidade civil das pessoas jurídicas	217
14.8.1 Evolução doutrinária da responsabilidade civil da administração.....	221
14.8.2 Art. 15 do Código Civil de 1916. Art. 43 do Código Civil de 2002.....	223
14.8.3 Aplicação da teoria do risco administrativo.....	226
14.8.4 Responsabilidade por atos legislativos e judiciais.....	227
14.8.5 Reparação do dano: a ação de indenização	228
14.9 Nacionalidade das pessoas jurídicas.....	229
14.10 Começo da existência legal da pessoa jurídica.....	229
14.10.1 Registro da pessoa jurídica.....	231
14.11 Sociedades e associações	232
14.11.1 Associações.....	233
14.11.2 Organizações religiosas e partidos políticos	242
14.12 Fundações.....	243
14.13 Transformações e extinção da pessoa jurídica	249
14.14 Desconsideração da pessoa jurídica	252
15 Bens em Direito Romano	259
15.1 Introdução.....	259
15.2 As coisas <i>in patrimonio</i>	259
15.2.1 <i>Res mancipie e res nec mancipi</i>	259
15.2.2 Coisas corpóreas e coisas incorpóreas	260
15.2.3 Móveis e imóveis.....	261
15.3 Coisas <i>extra patrimonium</i>	261
15.3.1 <i>Res humani iuris</i>	261
15.3.2 <i>Res divini iuris</i>	261

15.4	Divisões modernas de bens.....	262
15.5	Patrimônio	263
16	Os Bens e sua Classificação.....	265
16.1	Bens e coisas: objeto do direito.....	265
16.2	Bens corpóreos e incorpóreos	266
16.3	Móveis e imóveis	267
16.3.1	Regime dos bens imóveis.....	268
16.3.2	Regime dos bens móveis.....	273
16.4	Bens fungíveis e infungíveis.....	274
16.5	Bens consumíveis e não consumíveis	276
16.6	Bens divisíveis e indivisíveis	278
16.7	Bens singulares e coletivos	280
16.8	Bens reciprocamente considerados: principais e acessórios. Pertenças.....	281
16.8.1	Frutos, produtos e rendimentos.....	284
16.8.2	Benfeitorias.....	285
16.9	Bens públicos e particulares.....	286
16.10	Bens que estão fora do comércio.....	289
17	Fatos, Atos e Negócios Jurídicos	291
17.1	Introdução: os fatos jurídicos	291
17.2	Negócio jurídico	294
17.2.1	Classificação dos negócios jurídicos	295
17.3	Atos jurídicos no Direito Romano.....	296
18	Aquisição, Modificação, Defesa e Extinção dos Direitos	299
18.1	Aquisição dos direitos.....	299
18.1.1	Direitos atuais e direitos futuros	300
18.1.2	Direitos eventuais	301
18.1.3	Expectativas de direito	301
18.1.4	Direitos condicionais.....	302
18.1.5	Direitos potestativos	303
18.2	Modificação dos direitos	304
18.3	Defesa dos direitos	305
18.3.1	Legítimo interesse: condições da ação	308
18.4	Extinção dos direitos.....	309
19	Fenômeno da Representação no Direito: Conceito e Espécies.....	311
19.1	Conceito	311
19.2	Evolução histórica da representação.....	312
19.3	Figura do nuncio	312
19.4	Representação legal e voluntária	313
19.5	Efeitos da representação	316

20 Elementos do Negócio Jurídico. Planos de Existência e Validade	319
20.1 Elementos, pressupostos e requisitos.....	319
20.2 Vontade e sua declaração	320
20.2.1 Elementos constitutivos da declaração de vontade	322
20.2.2 Silêncio como manifestação de vontade.....	323
20.3 Capacidade do agente.....	324
20.3.1 Legitimação	325
20.4 Forma.....	326
20.5 Objeto	328
20.6 Causa.....	330
21 Interpretação dos Negócios Jurídicos	333
21.1 Sentido da interpretação dos negócios jurídicos	333
21.2 Interpretação no Código Civil. A boa-fé.....	334
22 Defeitos dos Negócios Jurídicos – O Erro	345
22.1 Defeitos dos negócios jurídicos.....	345
22.2 Erro ou ignorância	347
22.3 Escusabilidade do erro.....	349
22.4 Erro substancial e erro acidental.....	351
22.5 Erro consistente numa falsa causa	353
22.6 Erro de fato e erro de direito.....	353
22.7 Art. 141 do Código Civil	354
22.8 Art. 142 do Código Civil	355
22.9 Erro de cálculo.....	355
22.10 Aceitação da manifestação de vontade errônea pelo declaratório.....	356
22.11 Erro e vícios redibitórios.....	358
22.12 Erro sobre o valor.....	358
22.13 Consequências da anulação do negócio por erro interesse negativo.....	359
23 Dolo.....	361
23.1 Conceito	361
23.2 Erro e dolo.....	363
23.3 Dolo e fraude	363
23.4 Requisitos do dolo.....	363
23.4.1 Dolo essencial e dolo acidental	364
23.4.2 <i>Dolus bonus</i> e <i>dolus malus</i>	365
23.5 Dolo positivo e dolo negativo	367
23.6 Dolo de terceiro: diferença de tratamento da coação praticada por terceiro no Código de 1916	370
23.7 Dolo do representante	372
23.8 Dolo de ambas as partes.....	373

24 Coação e Estado de Perigo	375
24.1 Conceito	375
24.2 Requisitos da coação	377
24.2.1 Essencialidade da coação	378
24.2.2 Intenção de coagir	378
24.2.3 Gravidade do mal cominado	378
24.2.4 Injustiça ou ilicitude da cominação	379
24.2.5 Dano atual ou iminente	381
24.2.6 Justo receio de prejuízo igual, pelo menos, ao decorrente do dano extorquido. A posição do atual Código	381
24.2.7 Ameaça de prejuízo à pessoa ou bens da vítima, ou pessoas de sua família	382
24.3 O temor reverencial	382
24.4 Coação por parte de terceiros	383
24.5 Estado de necessidade ou estado de perigo. Situações afins	384
25 Lesão	389
25.1 Introdução	389
25.2 Noção histórica	390
25.3 Conceito e requisitos	391
25.4 Lesão e lei de proteção à economia popular. Código de Defesa do Consumidor	396
25.5 Procedimento judicial	397
25.6 Renúncia antecipada à alegação de lesão	397
25.7 Prazo prescricional	398
26 Fraude contra Credores	399
26.1 Introdução	399
26.2 Noção histórica	400
26.3 Fraude em geral	400
26.4 Fraude contra credores	401
26.4.1 Requisitos	404
26.4.2 Ação pauliana	408
26.5 Casos particulares estatuídos na lei	410
26.5.1 Outros casos particulares de fraude contra credores	414
26.6 Fraude de execução	415
26.7 Ação revocatória falencial	417
26.8 Conclusão	418
27 Elementos Acidentais dos Negócios Jurídicos: Condição, Termo e Encargo	419
27.1 Introdução elementos acidentais do negócio jurídico	419
27.2 Condição	420
27.2.1 Condições lícitas e ilícitas	422

27.2.2	Condição perplexa e potestativa.....	424
27.2.3	Condição impossível no Código de 1916	427
27.2.3.1	Condições que invalidam o negócio jurídico no atual Código.....	428
27.2.4	Condição resolutiva e condição suspensiva	428
27.2.5	Implemento ou não implemento das condições por malícia do interessado. Frustração da condição	434
27.2.6	Retroatividade da condição.....	435
27.2.7	Condição e pressuposição.....	437
27.3	Termo.....	437
27.3.1	O prazo.....	439
27.4	Encargo.....	440
28	Invalidade dos Negócios Jurídicos.....	445
28.1	Introdução ao estudo das nulidades do negócio jurídico.....	445
28.2	Nulidade	446
28.2.1	Conversão do negócio jurídico.....	453
28.3	Anulabilidade.....	455
28.3.1	Ratificação ou confirmação dos negócios anuláveis.....	458
28.4	Distinção entre negócios nulos e negócios anuláveis.....	460
28.5	Problemática da inexistência dos negócios jurídicos.....	460
29	Simulação.....	463
29.1	Conceito	463
29.2	Requisitos.....	465
29.3	Espécies de simulação	467
29.4	Simulação absoluta e simulação relativa	469
29.5	Simulação maliciosa e simulação inocente.....	470
29.6	Síntese da simulação no direito atual	472
29.7	Simulação e defeitos afins. Reserva mental. Reserva mental no Código de 2002.....	474
29.7.1	Reserva mental.....	475
29.8	Ação de simulação.....	477
29.9	Prova da simulação	480
30	Atos Ilícitos. Introdução. Abuso de Direito.....	483
30.1	Responsabilidade civil, responsabilidade contratual e extracontratual	483
30.2	Elementos da responsabilidade extracontratual (extranegocial) ou aquiliana.....	486
30.3	Exclusão ou diminuição da responsabilidade	491
30.4	Abuso de direito	494
30.4.1	Conceito de abuso de direito.....	495
30.4.2	Alguns exemplos significativos de abuso de direito.....	496

30.4.3	Aplicação da teoria do abuso em nosso direito	498
30.4.4	Abuso de direito no atual Código Civil	499
31	Prescrição e Decadência	501
31.1	Influência do tempo nas relações jurídicas.....	501
31.2	Prescrição extintiva e prescrição aquisitiva	502
31.3	Síntese histórica da prescrição.....	503
31.4	Conceito e requisitos da prescrição	504
31.4.1	Ações imprescritíveis.....	505
31.4.2	Prescrição e decadência	506
31.4.3	Disposições legais sobre a prescrição	511
31.4.4	Impedimento, suspensão e interrupção da prescrição.....	515
31.5	Prescrição e decadência no Código Civil de 2002. A nova decadência	523
32	Forma e Prova dos Negócios Jurídicos	529
32.1	Conceito, valor e função da forma.....	529
32.1.1	Escritura pública e instrumento particular	533
32.2	Prova dos negócios jurídicos	534
32.2.1	Meios de prova	536
32.2.2	Confissão.....	536
32.2.3	Atos processados em juízo.....	538
32.2.4	Documentos públicos ou particulares	539
32.2.5	A prova testemunhal	540
32.2.6	Presunções e indícios	543
32.2.7	A perícia. A inspeção judicial.....	545
	Bibliografia.....	549
	Índice remissivo	555

2

DIREITO CIVIL

Obrigações e Responsabilidade Civil

SÍLVIO DE SALVO VENOSA

21^a
edição

revista e
atualizada

gen

atlas

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 01.01.2021
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2021 by
Editora Atlas Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Rua Conselheiro Nébias, 1384
São Paulo – SP – 01203-904
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Capa: Danilo Oliveira
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

V575d
Venosa, Sílvio de Salvo

Direito Civil: obrigações e responsabilidade civil, volume 2 / Sílvio de Salvo Venosa. – 21. ed. – São Paulo: Atlas, 2021.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-85-97-02667-2

1. Direito civil – Brasil. 2. Obrigações (Direito) – Brasil. 3. Responsabilidade (Direito) – Brasil. I. Título. II. Série.

20-67466

CDU: 347.41(81)

Leandra Felix da Cruz Candido – Bibliotecária – CRB-7/6135

SUMÁRIO

1 - Introdução ao Direito das Obrigações	1
1.1 Posição da Obrigação no Campo Jurídico	1
1.2 Definição.....	4
1.3 Distinção entre Direitos Reais e Direitos Pessoais	5
1.4 Importância do Direito das Obrigações	7
1.5 Evolução da Teoria das Obrigações	7
1.6 Posição do Direito das Obrigações no Código Civil e em seu Estudo	9
2 - Estrutura da Relação Obrigacional.....	11
2.1 Introdução	11
2.2 Sujeitos da Relação Obrigacional	12
2.3 Objeto da Relação Obrigacional	13
2.3.1 Patrimonialidade da Prestação.....	14
2.4 Vínculo Jurídico da Relação Obrigacional	16
2.5 Causa nas Obrigações	18
3 - Obrigações Naturais.....	20
3.1 Introdução	20
3.2 Direito Romano	23
3.3 Obrigações Naturais no Direito Brasileiro	23
3.4 Natureza Jurídica das Obrigações Naturais.....	28
3.5 Efeitos da Obrigação Natural	29
4 - Obrigações Reais (<i>Propter Rem</i>) e Figuras Afins.....	31
4.1 Obrigações Reais (<i>Propter Rem</i>)	31
4.2 Ônus Reais	35
4.2.1 Ônus Reais e Obrigações Reais	35
4.2.2 Conceito	36
4.3 Obrigações com Eficácia Real	36
5 - Fontes das Obrigações	39
5.1 Introdução	39

5.2	Fontes das Obrigações no Direito Romano.....	39
5.3	Visão Moderna das Fontes das Obrigações.....	40
5.4	Fontes das Obrigações no Código Civil de 1916 e no Atual Código	42
6	- Classificação das Obrigações.....	43
6.1	Espécies de Obrigações.....	43
6.1.1	Obrigações de Meio e Obrigações de Resultado.....	45
6.1.2	Obrigações de Garantia.....	49
6.2	Obrigações de Dar: Coisa Certa e Coisa Incerta.....	49
6.2.1	Obrigações de Dar.....	49
6.2.2	Obrigações de Dar Coisa Certa.....	50
6.2.2.1	Responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa na obrigação de dar coisa certa.....	52
6.2.2.2	Melhoramentos, acréscimos e frutos na obrigação de dar coisa certa.....	55
6.2.2.3	Obrigações de restituir.....	56
6.2.2.4	Responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa na obrigação de restituir.....	56
6.2.2.5	Melhoramentos, acréscimos e frutos na obrigação de restituir.....	56
6.2.2.6	Execução da obrigação de dar coisa certa.....	58
6.2.3	Obrigações Pecuniárias.....	59
6.2.4	Obrigações de Dar Coisa Incerta.....	62
6.3	Obrigações de Fazer e de Não Fazer.....	66
6.3.1	Obrigações de Fazer.....	66
6.3.2	Obrigações de Dar e de Fazer.....	68
6.3.3	Obrigações de Fazer Fungíveis e Não Fungíveis.....	69
6.3.4	Descumprimento das Obrigações de Fazer.....	71
6.3.5	Obrigações de Não Fazer.....	75
6.3.6	Modo de Cumprir e Execução Forçada da Obrigação de Não Fazer.....	76
6.4	Obrigações Alternativas e Facultativas.....	77
6.4.1	Obrigações Cumulativas e Alternativas.....	77
6.4.2	Obrigações Alternativas.....	78
6.4.3	Concentração e Cumprimento da Obrigação Alternativa.....	80
6.4.3.1	Retratibilidade da concentração.....	83
6.4.4	Acréscimos Sofridos pelas Coisas na Obrigação Alternativa..	83
6.4.5	Obrigações Facultativas.....	84
6.4.5.1	Efeitos da obrigação facultativa.....	85
6.5	Obrigações Divisíveis e Indivisíveis.....	86

6.5.1	Conceito.....	86
6.5.2	Pluralidade de Credores e de Devedores.....	88
6.5.3	Indivisibilidade e Solidariedade	92
6.6	Obrigações Solidárias	92
6.6.1	Conceito.....	92
6.6.2	Antecedentes Históricos	94
6.6.3	Obrigações <i>in Solidum</i>	94
6.6.4	Características e Fundamento da Solidariedade	95
6.6.5	Fontes da Solidariedade.....	98
6.6.6	Solidariedade Ativa	100
6.6.6.1	Efeitos da solidariedade ativa.....	102
6.6.6.2	Extinção da solidariedade ativa.....	103
6.6.7	Solidariedade Passiva.....	104
6.6.7.1	Principais efeitos da obrigação solidária.....	104
6.6.7.2	Aspectos processuais da solidariedade. A coisa julgada.....	106
6.6.7.3	Pagamento parcial.....	107
6.6.8	Extinção da Solidariedade.....	108
6.7	Outras Modalidades de Obrigações.....	110
6.7.1	Obrigações Principais e Acessórias.....	110
6.7.2	Obrigações Líquidas e Ilíquidas	111
6.7.3	Obrigações Condicionais	113
6.7.4	Obrigações Modais.....	115
6.7.5	Obrigações a Termo	116
6.8	Obrigações de Juros. Obrigações Pecuniárias.....	118
6.8.1	Obrigações de Juros.....	118
6.8.1.1	Espécies de juros.....	118
6.8.1.2	Anatocismo	121
6.8.2	Obrigações Pecuniárias	123
7	Transmissão das Obrigações	126
7.1	Cessão de Crédito.....	126
7.1.1	Introdução. A Transmissibilidade das Obrigações.....	126
7.1.2	Conceito de Cessão de Crédito. Afinidades.....	127
7.1.3	Posição do Devedor.....	130
7.1.4	Natureza Jurídica.....	133
7.1.5	Requisitos. Objeto. Capacidade e Legitimação.....	133
7.1.6	Responsabilidade.....	133
7.1.7	Espécies.....	134
7.1.8	Efeitos.....	135

XII | DIREITO CIVIL • VOL. 2 • Venosa

7.2	Assunção de Dívida.....	136
7.2.1	Conceito.....	136
7.2.2	Características.....	141
7.2.3	Espécies.....	142
7.2.4	Efeitos.....	144
7.3	Cessão de Posição Contratual (Cessão de Contrato)	145
7.3.1	Introdução	145
7.3.2	Transmissão das Obrigações em Geral.....	147
7.3.3	Cessão de Posição Contratual. Conceito	148
7.3.4	Natureza Jurídica	149
7.3.5	Figuras Afins	150
7.3.6	Campo de Atuação do Instituto.....	152
7.3.7	Modos de Formação.....	153
7.3.8	Efeitos.....	153
7.3.8.1	Efeitos entre cedente e cessionário.....	153
7.3.8.2	Efeitos entre cedente e cedido.....	155
7.3.8.3	Efeitos entre cessionário e cedido	155
7.3.9	Cessão de Posição Contratual no Direito Brasileiro.....	157
8	– Pagamento.....	158
8.1	Extinção Normal das Obrigações.....	158
8.2	Natureza Jurídica do Pagamento.....	159
8.3	De Quem Deve Pagar. O <i>Solvens</i>	160
8.4	A Quem se Deve Pagar. O <i>Accipiens</i>	164
8.4.1	Credor Putativo	166
8.4.2	Quando o Pagamento Feito a Terceiro Desqualificado Será Válido	167
8.4.3	Pagamento Feito ao Inibido de Receber	168
8.5	Objeto do Pagamento e sua Prova	169
8.5.1	Prova do Pagamento	175
8.6	Lugar do Pagamento. Dívidas <i>Quérables e Portables</i>	179
8.7	Tempo do Pagamento	182
9	– Enriquecimento sem Causa e Pagamento Indevido	186
9.1	Introdução	186
9.2	Enriquecimento sem Causa. Conteúdo	187
9.3	Enriquecimento sem Causa e Pagamento Indevido como Fonte de Obrigações.....	188
9.4	Tratamento da Matéria no Direito Romano.....	189

9.4.1	A <i>Condictio Indebiti</i>	190
9.4.2	Outras <i>Conditiones</i>	191
9.4.3	Síntese do Pensamento Romano	191
9.5	Direito Moderno, Sistema Alemão e Sistema Francês	192
9.6	Aplicação da Teoria do Enriquecimento sem Causa no Direito Brasileiro.....	195
9.6.1	Requisitos do Enriquecimento sem Causa.....	196
9.6.2	Aplicação do Instituto. A Jurisprudência Brasileira.....	198
9.6.3	Objeto da Restituição.....	200
9.7	Ação de <i>In Rem Verso</i>	201
9.7.1	A Subsidiariedade da Ação.....	204
9.8	Síntese Conclusiva do Enriquecimento sem Causa. Prescrição	205
9.9	Pagamento Indevido	206
9.9.1	Pagamento em Geral. Conteúdo	206
9.9.2	Posição da Matéria na Lei. Fonte Autônoma de Obrigações... ..	207
9.9.3	Pressupostos do Pagamento Indevido.....	207
9.9.4	Erro do <i>Solvens</i>	208
9.9.5	Pagamento de Dívida Condicional	211
9.10	Casos em que Aquele que Recebeu não é Obrigado a Restituir	211
9.10.1	Dívida Prescrita e Obrigação Natural.....	211
9.10.2	Pagamento para Fim Ilícito, Imoral ou Proibido por Lei.....	212
9.10.3	Outra Hipótese de Não Repetição. O Art. 880	213
9.11	Pagamento Indevido que Teve por Objeto um Imóvel.....	213
9.11.1	<i>Accipiens Aliena</i> de Boa-fé por Título Oneroso	214
9.11.2	<i>Accipiens Aliena</i> de Boa-fé por Título Gratuito.....	214
9.11.3	<i>Accipiens Aliena</i> a Terceiro de Má-fé	214
9.11.4	Má-fé dos <i>Accipiens</i>	215
9.11.5	Síntese	215
9.12	Conclusão	215
10	Formas Especiais de Pagamento e Extinção de Obrigações.....	217
10.1	Pagamento por Consignação.....	217
10.1.1	Interesse do Devedor em Extinguir a Obrigação.....	217
10.1.2	Objeto da Consignação.....	218
10.1.3	Hipóteses de Consignação	219
10.1.4	Procedimento da Consignação.....	226
10.2	Pagamento com Sub-rogação.....	231
10.2.1	Conceito.....	231
10.2.2	Origem Histórica.....	232

10.2.3	Natureza Jurídica e Institutos Afins	233
10.2.4	Sub-rogação Legal	234
10.2.5	Sub-rogação Convencional	236
10.2.6	Efeitos da Sub-rogação.....	238
10.3	Imputação de Pagamento	240
10.3.1	Conceito.....	240
10.3.2	Requisitos	242
10.3.3	Imputação de Pagamento Feita pelo Devedor.....	243
10.3.4	Imputação de Pagamento Feita pelo Credor.....	244
10.3.5	Imputação de Pagamento Feita pela Lei.....	245
10.4	Dação em Pagamento.....	246
10.4.1	Conceito.....	246
10.4.2	Requisitos e Natureza Jurídica	247
10.4.3	Equiparação da <i>Datio in Solutum</i> à Compra e Venda	249
10.5	Novação	250
10.5.1	Conceito e Espécies.....	250
10.5.2	Requisitos	256
10.5.3	Efeitos.....	258
10.6	Compensação	259
10.6.1	Conceito.....	259
10.6.2	Compensação em sua Origem Romana	260
10.6.3	Natureza Jurídica.....	261
10.6.4	Modalidades.....	261
10.6.5	Compensação Legal. Requisitos	262
10.6.5.1	Reciprocidade de créditos	262
10.6.5.2	Liquidez, certeza e exigibilidade.....	264
10.6.5.3	Homogeneidade das prestações.....	265
10.6.5.4	Existência e validade do crédito compensante	266
10.6.6	Obrigações Não Compensáveis	266
10.6.7	Efeitos.....	267
10.7	Transação	268
10.7.1	Conceito. Peculiaridades	268
10.7.2	Natureza Contratual da Transação. Características	269
10.7.3	Modalidades. Forma	271
10.7.4	Objeto.....	272
10.7.5	Capacidade para Transigir. Poder de Transigir	273
10.7.6	Efeitos da Transação.....	273
10.7.7	Nulidades da Transação.....	274

10.7.8	Anulabilidades da Transação	275
10.7.9	Interpretação Restritiva da Transação	275
10.8	Compromisso	275
10.8.1	Conceito e Utilidade	275
10.8.2	Natureza Jurídica	277
10.8.3	Mediação	278
10.9	Confusão	278
10.9.1	Conceito e Natureza Jurídica	278
10.9.2	Fontes da Confusão	279
10.9.3	Espécies	280
10.9.4	Efeitos.....	280
10.9.5	Requisitos	280
10.10	Remissão	281
10.10.1	Conceito. Natureza Jurídica. Afinidades	281
10.10.2	Origem Histórica	282
10.10.3	Espécies.....	282
10.10.4	Efeitos.....	283
10.10.5	Remissão no Código Civil de 2002	283
11	– Crise no Cumprimento da Obrigação. Inadimplemento. Mora	285
11.1	Cumprimento da Obrigação em Crise.....	285
11.2	Inadimplemento Absoluto e Inadimplemento Relativo	288
11.3	Inadimplemento Relativo. A Mora	290
11.3.1	Mora do Devedor	291
11.3.2	Efeitos da Constituição em Mora do Devedor	293
11.4	Mora do Credor.....	295
11.4.1	Efeitos da Mora do Credor.....	296
11.5	Purgação da Mora	297
12	– Frustração no Cumprimento da Obrigação. Inexecução. Perdas e Danos	300
12.1	Descumprimento da Obrigação	300
12.2	Culpa do Devedor	301
12.2.1	Prova da Culpa.....	304
12.3	Inexecução das Obrigações sem Indenização. Caso Fortuito e Força Maior.....	304
12.3.1	Exoneração da Excludente. A Cláusula de Não Indenizar.....	305
12.4	Indenização. Perdas e Danos	308
12.4.1	Dano Moral ou Dano Não Patrimonial.....	314

13 Cláusula Penal.....	317
13.1 Conceito. Natureza Jurídica	317
13.2 Cláusula Penal Compensatória. Cláusula Penal Moratória.....	319
13.3 Funções da Cláusula Penal	323
13.4 Exigibilidade da Cláusula Penal.....	324
13.5 Imutabilidade, Alteração e Limite da Cláusula Penal.....	324
13.6 Cláusula Penal e Institutos Afins	327
13.7 Cláusula Penal e Obrigações Indivisíveis	328
13.8 Cláusula Penal em Favor de Terceiro e Assumida por Terceiro	328
14 – Sinal ou Arras.....	330
14.1 Conceito.....	330
14.2 Noção Histórica.....	332
14.3 Arras no Código Civil de 1916. Importante Notícia Histórica. Arras Confirmatórias	332
14.4 Arras Penitenciais. Função Secundária	336
14.5 Arras e Obrigação Alternativa	337
14.6 Arras e Cláusula Penal.....	337
14.7 Arras no Código de 2002.....	338
15 – Responsabilidade Civil. Reapresentação do Tema. Princípios Gerais.....	341
15.1 Introdução. Responsabilidade Civil: Princípios Orientadores. Responsabilidades Subjetiva e Objetiva	341
15.2 Responsabilidade Objetiva. Risco	350
15.3 Lineamentos Históricos.....	357
15.4 Responsabilidade Civil e Penal	358
15.5 Responsabilidade Contratual e Extracontratual. (Responsabilidade Negocial e Extranegocial).....	361
15.6 Ato Ilícito.....	363
15.7 Culpa.....	364
15.7.1 Culpa Concorrente.....	372
15.8 Dano e Indenização. Perda de uma Chance.....	374
15.8.1 Dano Moral ou Extrapatrimonial.....	380
15.9 Nexo Causal.....	387
15.10 Excludentes da Responsabilidade. Rompimento do Nexo Causal. Culpa da Vítima.....	388
15.11 Caso Fortuito e Força Maior	390
15.11.1 Estado de Necessidade. Legítima Defesa. Exercício Regular de Direito	393
15.12 Fato de Terceiro.....	396
15.13 Cláusula de Não Indenizar. Cláusula Limitativa de Responsabilidade.....	399

15.14 Imputabilidade	404
15.15 Direito e Responsabilidade do Sucessor Hereditário	405
16 – Responsabilidade por Fato de Outrem	406
16.1 Responsabilidade Direta e Indireta.....	406
16.2 Responsabilidade dos Pais pelos Filhos Menores	414
16.3 Responsabilidade de Tutores e Curadores.....	419
16.4 Responsabilidade do Empregador e Assemelhado	420
16.5 Responsabilidade dos Donos de Hotéis e Similares	424
16.6 Responsabilidade dos Estabelecimentos de Ensino	426
16.7 Responsabilidade pelo Proveito do Crime	428
16.8 Responsabilidade das Pessoas Jurídicas de Direito Público e de Direito Privado. Responsabilidade do Estado e do Magistrado. Responsabilidade pela Deficiente. Prestação Jurisdicional. Responsabilidade por Atos Legislativos	429
16.9 Ação Regressiva	435
17 – Responsabilidade pelo Fato das Coisas e pela Guarda ou Fato de Animais	437
17.1 Introdução e Compreensão. O Fato da Coisa	437
17.2 Responsabilidade pela Ruína de Edifício	442
17.3 Responsabilidade por Coisas Caídas de Edifícios	444
17.4 Responsabilidade por Fato ou Guarda de Animais	446
18 – Responsabilidade Profissional: Responsabilidade Médica e Odontológica...	453
18.1 O Médico e as Relações de Consumo	453
18.2 Natureza da Responsabilidade Médica	459
18.3 Relação Médico-paciente.....	465
18.4 Ética Médica e Responsabilidade. Sigilo Profissional.....	466
18.5 Cirurgia Plástica como Obrigação de Resultado	468
18.6 Responsabilidade pela Anestesia	471
18.7 Complexidade da Prova da Culpa. A Responsabilidade Médica no Código de Defesa do Consumidor.....	473
18.8 Responsabilidade do Odontólogo	477
19 – Responsabilidade Civil nos Transportes	479
19.1 Introdução	479
19.2 Responsabilidade das Estradas de Ferro. Extensão de Aplicação dessa Lei. Código de Defesa do Consumidor nos Transportes.....	482
19.3 Transporte Gratuito	492
19.4 Transporte Aéreo e Aplicação do Código de Defesa do Consumidor	496
20 – Sentença Criminal e Responsabilidade Civil.....	506
20.1 Introdução	506

XVIII | DIREITO CIVIL - VOL. 2 • Venosa

20.2	Execução da Sentença Penal Condenatória.....	509
20.3	Sentença Penal Absolutória	516
21	– Responsabilidade por Dano Ambiental.....	520
21.1	Introdução	520
21.2	Dano Ambiental	522
21.3	Reparação do Dano Ambiental. Responsabilidade Objetiva	526
21.4	Responsabilidade por Atividades Nucleares	532
22	– Responsabilidade Civil no Código de Defesa do Consumidor	534
22.1	Introdução. O Atual Direito	534
22.2	Relação de Consumo e Responsabilidade Civil	542
22.3	Reparação de Danos.....	552
23	– Outras Modalidades de Responsabilidade	561
23.1	Responsabilidade Civil dos Advogados.....	561
23.2	Responsabilidade Civil dos Bancos e Demais Instituições Financeiras...	567
23.3	Responsabilidade dos Notários	572
23.4	Responsabilidade por Furto de Veículos em Estabelecimentos Comerciais e Assemelhados	575
23.5	Responsabilidade de Empreiteiros e Construtores	577
23.6	Dano Informático.....	579
23.7	Responsabilidade por Demanda Antecipada de Dívida ou de Dívida já Paga...	582
23.8	Responsabilidade no Âmbito da Família.....	585
24	– Dano e Reparação.....	588
24.1	Dano Emergente e Lucro Cessante. Perda da Chance	588
24.2	Danos Materiais e Danos Imateriais. Danos Morais. Dano Extrapatrimonial ou Moral à Pessoa Jurídica. Avaliação dos Danos Morais	594
24.3	Liquidação do Dano. Pensão Periódica e Pagamento Integral Único.....	605
24.4	Indenização em Caso de Homicídio	608
24.5	Indenização na Lesão Corporal	610
24.6	Legítima Defesa do Causador do Dano	613
24.7	Indenização por Injúria, Difamação e Calúnia. Indenização por Ofensa à Liberdade Pessoal	613
24.8	Responsabilidade por Usurpação e Esbulho	616
	Bibliografia.....	617
	Índice Remissivo	627

3

DIREITO CIVIL

Contratos

SÍLVIO DE SALVO VENOSA

21^a
edição **revista e
atualizada**

 | **atlas**

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 26.01.2021
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2021 by
Editora Atlas Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Rua Conselheiro Nébias, 1384
São Paulo – SP – 01203-904
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Capa: Danilo Oliveira
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

V575d

Venosa, Sílvio de Salvo, 1945-

Direito Civil: contratos / Sílvio de Salvo Venosa. – 21. ed. – São Paulo: Atlas, 2021.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-97-02710-5

1. Direito civil – Brasil. 2. Contratos – Brasil. I. Título.

21-68869

CDU: 347.44(81)

Camila Donis Hartmann – Bibliotecária – CRB-7/6472

SUMÁRIO

1	Universo das Relações Contratuais	1
1.1	Negócio Jurídico e Contrato	1
1.1.1	Contrato no Código Francês.....	1
1.1.2	Contrato no Código Civil Alemão e a Assimilação de seu Conceito.....	2
1.2	Antecedentes Históricos.....	3
1.3	Historicidade do Conceito de Contrato. Sua Evolução. A Chamada Crise do Contrato.....	4
1.4	Contrato no Código de Defesa do Consumidor	7
1.5	Relação Negocial Alcançada pelo Código de Defesa do Consumidor	9
2	Princípios Gerais do Direito Contratual. Contrato de Adesão. Novas Mani- festações Contratuais	13
2.1	Autonomia da Vontade.....	13
2.2	Força Obrigatória dos Contratos.....	15
2.3	Princípio da Relatividade dos Contratos.....	16
2.4	Princípio da Boa-fé nos Contratos. Desdobramentos. Proibição de Comportamento Contraditório (<i>venire contra factum proprium</i>)	16
2.4.1	A Boa-fé Contratual no Vigente Código. A Boa-fé Objetiva...	17
2.4.2	Função Social do Contrato.....	20
2.4.3	Proibição de Comportamento Contraditório: <i>Venire Contra Factum Proprium</i>	21
2.5	Novas Manifestações Contratuais. Contratos com Cláusulas Predispostas.....	23
2.5.1	Despersonalização do Contratante	24
2.5.2	Contrato de Adesão.....	24
2.5.3	Contrato-tipo	28
2.5.4	Contrato Coletivo.....	29
2.5.5	Contrato Coativo.....	30
2.5.6	Contrato Dirigido ou Regulamentado.....	30
2.6	Relações não Contratuais. Acordo de Cavalheiros	31

3	Classificação dos Contratos (I)	33
3.1	Necessidade do Estudo da Classificação dos Contratos.....	33
3.2	Classificação no Direito Romano	34
3.3	Contratos Unilaterais e Bilaterais – Classificação Quanto à Carga de Obrigações das Partes	35
3.3.1	Relevância dessa Classificação. Exceção de Contrato não Cumprido nos Contratos Bilaterais. Cláusula Resolutória nesses Contratos	37
3.3.2	Possibilidade de Renúncia à Exceção de Contrato não Cumprido: Cláusula <i>Solve et Repete</i>	43
3.4	Contrato Plurilateral	44
4	Classificação dos Contratos (II)	47
4.1	Contratos Gratuitos e Onerosos.....	47
4.2	Contratos Comutativos e Aleatórios.....	49
4.2.1	Contratos Aleatórios no Código Civil	50
4.3	Contratos Típicos e Atípicos – Nominados e Inominados.....	53
4.3.1	Contratos Nominados e Inominados no Direito Romano	55
4.3.2	Compreensão e Interpretação Moderna dos Contratos Típicos e Atípicos	56
5	Classificação dos Contratos (III)	59
5.1	Contratos Consensuais e Reais	59
5.2	Contratos Solenes e não Solenes – Formais e não Formais	60
5.3	Contratos Principais e Acessórios	61
5.4	Contratos Instantâneos e de Duração.....	61
5.5	Contratos por Prazo Determinado e por Prazo Indeterminado.....	62
5.6	Contratos Pessoais e Impessoais.....	64
5.7	Contratos Civis e Mercantis Empresariais	65
5.8	Contrato Preliminar	65
5.9	Contratos Derivados – Subcontratos	69
5.10	Autocontrato – Contrato Consigo Mesmo	71
6	Elementos do Contrato	75
6.1	Teoria dos Negócios Jurídicos Aplicada aos Contratos.....	75
6.2	Vontade no Plano Contratual. Consentimento. A Parte nos Contratos .	76
6.2.1	Conceito de Parte e sua Sucessão nos Contratos.....	77
6.2.2	Formas de Manifestação da Vontade Contratual. O Silêncio como Manifestação	78
6.3	Capacidade dos Contratantes	79

6.4	Objeto dos Contratos.....	80
6.4.1	Causa e Objeto dos Contratos	82
6.4.2	Apreciação Pecuniária dos Contratos.....	82
6.5	Forma e Prova dos Contratos	83
6.6	Vícios da Vontade Contratual. Lesão. Práticas Abusivas no Código de Defesa do Consumidor	85
7	Interpretação dos Contratos.....	89
7.1	Sentido da Interpretação	89
7.2	Linhas de Interpretação.....	91
7.3	Interpretação em Nossa Lei.....	92
7.4	Particularidades da Interpretação dos Contratos.....	96
7.5	Destinatários das Normas de Interpretação.....	97
7.6	Aspectos e Regras de Interpretação	97
7.7	Interpretação Integrativa e Integração dos Contratos.....	100
8	Teoria da Imprevisão. Revisão dos Contratos.....	103
8.1	Princípio da Obrigatoriedade dos Contratos e Possibilidade de Revisão.....	103
8.2	Fundamentos da Possibilidade de Revisão Judicial dos Contratos.....	104
8.3	Justificativa para a Aplicação Judicial da Teoria da Imprevisão.....	105
8.4	Origens Históricas. A Cláusula <i>Rebus sic Stantibus</i>	107
8.5	Requisitos para a Aplicação da Cláusula.....	108
8.6	Como se Opera a Revisão. Efeitos.....	110
8.6.1	Soluções Legais. Direito Comparado.....	110
8.7	Cláusula de Exclusão da Revisão Judicial.....	115
9	Responsabilidade Contratual, Pré-contratual e Pós-contratual.....	117
9.1	Responsabilidade Contratual e Extracontratual.....	117
9.2	Requisitos da Responsabilidade Civil.....	119
9.2.1	Consequências da Responsabilidade Civil.....	120
9.2.2	Requisitos da Responsabilidade Contratual em Particular.....	120
9.3	Responsabilidade Pré-contratual.....	121
9.3.1	Recusa de Contratar.....	121
9.3.2	Rompimento de Negociações Preliminares	123
9.4	Responsabilidade Pós-contratual	126
10	Relatividade dos Contratos. Efeitos com Relação a Terceiros.....	129
10.1	Terceiros e o Contrato.....	129
10.2	Verdadeiros Terceiros na Relação Contratual.....	130

XII | DIREITO CIVIL • VOL. 3 • Venosa

10.3	Contratos em Favor de Terceiros.....	131
10.3.1	Natureza Jurídica	134
10.3.2	Posição do Terceiro com Relação ao Contrato	134
10.4	Contrato para Pessoa a Declarar	135
10.5	Promessa de Fato de Terceiro	137
11	Desfazimento da Relação Contratual. Extinção dos Contratos	139
11.1	Transitoriedade e Desfazimento dos Contratos. Extinção.....	139
11.2	Resilição dos Contratos	140
11.2.1	Distrato e Forma.....	142
11.2.2	Quitação, Recibo.....	143
11.2.3	Iniciativa de um dos Contratantes. Resilição Unilateral, Revogação	144
11.3	Resolução. Cláusulas Resolutivas Expressa e Tácita	145
11.4	Resolução por Inexecução Involuntária	148
11.5	Resolução por Inadimplemento Antecipado	149
12	Formação e Conclusão dos Contratos	153
12.1	Consentimento. Vontade Contratual.....	153
12.1.1	Silêncio na Formação dos Contratos	155
12.2	Período Pré-contratual. Formação da Vontade Contratual	157
12.2.1	Contratos Preliminares. A Opção	158
12.3	Oferta ou Proposta	158
12.4	Força Vinculante da Oferta	161
12.4.1	Manutenção da Proposta pelos Sucessores do Ofertante.....	162
12.4.2	Proposta não Obrigatória.....	163
12.4.3	Aceitação.....	163
12.4.4	Duração e Eficácia da Proposta e da Aceitação. Retratação. Contratos por Correspondência: Teorias	164
12.4.5	Vinculação da Oferta no Código de Defesa do Consumidor	167
12.5	Formação dos Contratos por meio de Informática.....	169
12.6	Lugar em que se Reputa Celebrado o Contrato.....	172
12.7	Contratos que Dependem de Instrumento Público.....	172
12.8	Contratos sobre Herança de Pessoa Viva.....	172
12.9	Impossibilidade da Prestação e Validade dos Contratos.....	174
13	Vícios Redibitórios.....	175
13.1	Obrigações de Garantia na Entrega da Coisa	175
13.2	Vícios Redibitórios. Conceito	176
13.3	Noção Histórica.....	178

13.4	Requisitos	179
13.5	Efeitos.....	182
13.6	Exclusão da Garantia em Vendas sob Hasta Pública	184
13.7	Modificações da Garantia.....	184
13.8	Prazos Decadenciais. Direito Anterior. Nova Perspectiva	185
13.8.1	Prazos Decadenciais Atuais.....	186
13.9	Vícios Ocultos segundo o Código de Defesa do Consumidor	188
13.9.1	Decadência e Prescrição no Código de Defesa do Consumidor. Vícios Aparentes e Ocultos.....	191
14	Evicção.....	195
14.1	Conceito.....	195
14.2	Noção Histórica	197
14.3	Requisitos	198
14.3.1	Requisito da Existência de Sentença Judicial.....	198
14.4	Intervenção do Alienante no Processo em que o Adquirente é Demandado.....	199
14.5	Exclusão da Responsabilidade por Evicção. Reforço da Garantia	202
14.6	Montante do Direito do Evicto.....	202
14.7	Evicção Parcial	205
14.8	Evicção nas Aquisições Judiciais	206
15	Vontade Privada e Contratos Administrativos	207
15.1	Direito Privado em Face do Direito Público.....	207
15.2	Contratos da Administração e Contratos Administrativos	208
15.3	Espécies de Contratos Administrativos.....	209
15.4	Características dos Contratos Administrativos.....	210
16	Arbitragem	213
16.1	Conceito e Utilidade	213
16.2	Natureza Jurídica.....	215
16.2.1	Mediação e Conciliação.....	216
16.3	Origem Histórica.....	216
16.4	Cláusula Compromissória. Novos Rumos Impostos pela Lei. Execução Específica: Ação para Instituição da Arbitragem	217
16.4.1	Aspectos da Cláusula Compromissória.....	219
16.4.2	Procedimentos para Execução Específica da Cláusula Compromissória.....	222
16.5	Modalidades.....	223
16.6	Requisitos do Compromisso. Autorização para Decidir por Equidade....	225

16.7	Dos Árbitros.....	226
16.8	Do Procedimento Arbitral	228
16.9	Da Sentença Arbitral.....	230
16.9.1	Nulidade da Sentença Arbitral.....	232
16.10	Sentenças Arbitrais Estrangeiras	234
16.11	Extinção do Compromisso.....	236
17	Introdução ao Direito Especial dos Contratos.....	237
17.1	Direito Especial dos Contratos ou Contratos em Espécie	237
17.2	Evolução da Técnica Contratual.....	238
18	Compra e Venda	241
18.1	Conceito. Efeitos Obrigacionais do Contrato de Compra e Venda	241
18.2	Classificação	246
18.3	Elementos Constitutivos. Coisa, Preço e Consentimento. Forma	248
18.3.1	Falta de Legitimação do Contratante na Compra e Venda.....	253
18.3.1.1	Venda a Descendente (art. 1.132 do Código de 1916 e art. 496 do Código de 2002)	254
18.3.1.2	Negócios Jurídicos Assemelhados à Compra e Venda. Incidência ou não da Anulabilidade.....	255
18.3.1.3	Natureza Jurídica da Nulidade Conforme o Código de 1916. Prescrição. Leitura Complementar	257
18.3.1.4	A Hipótese de Venda de Ascendente a Descendente no Código de 2002.....	258
18.3.1.5	Consentimento dos Descendentes. O Consentimento do Cônjuge no Código de 2002.....	258
18.3.1.6	Venda a Descendente por Interposta Pessoa	260
18.3.1.7	Ação de Nulidade do Art. 1.132. A Anulação no Código de 2002.....	262
18.3.2	Ausência de Legitimidade para Sujeitos com Ingerência sobre Bens do Vendedor	263
18.3.3	Falta de Legitimação Decorrente do Casamento	264
18.3.4	Falta de Legitimação do Condômino para Vender a Estranho a Coisa Indivisa (Art. 504). Direito de Preferência.....	265
18.4	Efeitos Complementares da Compra e Venda	266
18.4.1	Riscos da Coisa Vendida.....	267
18.4.2	Garantia para Tradição da Coisa. Insolvência do Comprador....	269
18.4.3	Despesas de Escritura e Tradição. Exigência Fiscal	269
18.4.4	Defeito Oculto na Venda de Coisas Conjuntas	270
18.4.5	Garantia Contra Vícios Redibitórios e Evicção.....	271

18.5	Venda por Amostra.....	272
18.6	Venda <i>Ad Corpus</i> e <i>Ad Mensuram</i>	275
18.7	Proteção do Consumidor-Comprador. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor à Compra e Venda. Cláusulas Abusivas. Perda das Quantias Pagas na Venda a Prazo	280
18.8	Compra e Venda Internacional. Convenção de Viena de 1980 (CISG).....	282
18.8.1	Incoterms.....	285
19	Cláusulas Especiais da Compra e Venda	289
19.1	Retrovenda	289
19.2	Venda a Contento. Venda Sujeita a Prova	294
19.3	Preempção ou Preferência.....	297
19.3.1	Preferência do Inquilino.....	301
19.4	Pacto de Melhor Comprador	304
19.5	Pacto Comissório	306
19.6	Venda com Reserva de Domínio.....	309
19.7	Venda sobre Documentos	312
19.8	Venda Mediante Poupança.....	312
19.9	Alienação Fiduciária	313
20	Troca ou Permuta.....	319
20.1	Conceito.....	319
20.2	Natureza.....	320
20.3	Efeitos.....	321
21	Contrato Estimatório ou de Consignação.....	325
21.1	Conceito. Conteúdo. Características.....	325
21.2	Natureza Jurídica.....	327
21.3	Alcance.....	328
21.4	Direitos e Obrigações do Consignante	329
21.5	Direitos e Deveres do Consignatário	329
21.6	Estimação do Preço.....	330
22	Doação.....	333
22.1	Conceito. Natureza Contratual. Conteúdo. Origens. Características.....	333
22.1.1	<i>Animus Donandi</i>	337
22.2	Aceitação. Capacidade e Legitimação.....	339
22.3	Objeto. Doação Universal. Doações Inoficiosas.....	341
22.3.1	Doações em Prejuízo dos Credores do Doador	346
22.3.2	Cláusulas Restritivas de Incomunicabilidade, Inalienabilidade e Impenhorabilidade nas Doações	346

22.4	Forma	347
22.5	Efeitos. Obrigações das Partes	348
22.6	Modalidades.....	348
22.6.1	Doações entre Cônjuges.....	353
22.6.2	Doação entre Companheiros e Concupinos.....	353
22.7	Reversão por Premoriência do Donatário	354
22.8	Resolução. Revogação das Doações.....	355
22.8.1	Prazo Decadencial da Ação Revogatória.....	359
22.8.2	Consequências da Sentença que Decreta a Revogação	360
22.8.3	Legitimidade para a Ação Revogatória.....	360
22.9	Promessa de Doação	362
23	Locação de Coisas. Lei do Inquilinato.....	365
23.1	Espécies. Conceitos. Natureza	365
23.1.1	Capacidade. Objeto. Aluguel	368
23.2	Obrigações do Locador e do Locatário na Locação em Geral.....	368
23.2.1	Prazo. Alienação da Coisa Locada na Locação em Geral	371
23.3	Locação Predial. Lei do Inquilinato	373
23.3.1	Locações Regidas pelo Código Civil e Leis Especiais.....	374
23.3.2	Locação Residencial. Hipóteses de Denúncia Vazia ou Imotivada. Desfazimento da Locação	375
23.3.3	Locação para Temporada	379
23.3.4	Locação não Residencial. Ação Renovatória	380
23.3.4.1	Oposição à Pretensão de Renovação	383
23.3.4.2	Rescisão do Contrato de Locação de Hospitais, Estabelecimentos de Saúde e de Ensino	385
23.3.4.3	Locação Destinada a Titulares de Pessoa Jurídica em Razão do Exercício da Função	386
23.3.5	Extinção de Usufruto e de Fideicomisso	387
23.3.6	Alienação de Imóvel Durante a Locação.....	387
23.3.7	Morte do Locador e do Locatário.....	388
23.3.7.1	Separação e Divórcio do Locatário	389
23.3.8	Cessão, Sublocação e Empréstimo do Imóvel.....	390
23.3.9	Sublocação.....	390
23.3.10	Aluguel. Ação Revisional.....	391
23.3.11	Direitos e Deveres do Locador	392
23.3.12	Direitos e Deveres do Locatário	394
23.3.13	Direito de Preferência	397
23.3.14	Benfeitorias.....	400

23.3.15	Garantias Locatícias	400
23.3.16	Penalidades Decorrentes da Locação.....	402
23.3.17	Nulidades no Contrato de Locação Predial	404
23.3.18	Direito Processual do Inquilinato	405
24	Empréstimo: Comodato	407
24.1	Empréstimo em Geral.....	407
24.2	Comodato. Natureza. Objeto. Forma.....	407
24.3	Capacidade das Partes.....	410
24.4	Promessa de Comodato.....	411
24.5	Prazo.....	411
24.6	Direitos e Obrigações do Comodatário. Riscos.....	413
24.7	Direitos e Obrigações do Comodante	415
24.8	Restituição. Interpleção. Pagamento de Aluguel. Benfeitorias	416
24.9	Comodato Modal	417
24.10	Extinção.....	419
25	Empréstimo: Mútuo.....	421
25.1	Conceito. Natureza.....	421
25.2	Objeto. Forma.....	426
25.3	Obrigações das Partes	427
25.4	Empréstimo de Dinheiro. Juros.....	428
25.5	Capacidade. Empréstimo Feito a Menor	430
25.6	Extinção.....	431
26	Prestação de Serviços	433
26.1	Conceito. Denominação	433
26.2	Natureza. Distinção de Outros Contratos.....	435
26.3	Objeto e Alcance da Prestação de Serviços.....	439
26.3.1	Aliciamento de Mão de Obra Alheia	439
26.3.2	Ausência de Habilitação para a Prestação do Serviço	440
26.4	Duração do Contrato	441
26.5	Extinção. Justa Causa	443
27	Empreitada	447
27.1	Conceito. Importância.....	447
27.1.1	Espécies. Revisão de Preço. O Projeto e a Fiscalização	448
27.1.2	Forma.....	456
27.2	Figuras Afins: Prestação de Serviço, Contrato de Trabalho, Mandato, Compra e Venda, Fornecimento. Construção por Administração.....	457
27.3	Sujeitos. Direitos e Deveres do Dono da Obra.....	459

XVIII | DIREITO CIVIL - VOL. 3 - Venosa

27.4	Direitos e Deveres do Empreiteiro	463
27.5	Subempreitada	465
27.6	Verificação e Aceitação da Obra. Extinção do Contrato	465
27.7	Responsabilidade do Construtor. Responsabilidade perante Terceiros....	467
27.7.1	Responsabilidade do Construtor no Atual Código	469
28	Depósito	471
28.1	Conceito. Natureza. Objeto	471
28.1.1	Forma	476
28.1.2	Depositário Incapaz	476
28.1.3	Pluralidade de Depositantes	477
28.2	Espécies. Depósito Voluntário	477
28.3	Obrigações das Partes	478
28.4	Depósito Obrigatório: Legal e Necessário	480
28.5	Ação de Depósito	482
28.5.1	Depositário Infel. Prisão	483
28.6	Extinção do Contrato de Depósito	486
29	Mandato	487
29.1	Conceito. Natureza. Procuração. Representação e Mandato	487
29.2	Aceitação do Mandato	494
29.3	Capacidade das Partes	495
29.3.1	Obrigações do Mandatário e do Mandante. Excesso de Mandato	496
29.4	Forma. Modalidade. Procuração	501
29.4.1	Mandato Judicial	506
29.5	Substabelecimento	508
29.6	Ratificação	510
29.7	Procuração em Causa Própria. Contrato Consigo Mesmo ou Autocontrato	511
29.8	Extinção do Mandato. Revogação	513
30	Comissão	519
30.1	Conceito e Natureza	519
30.2	Remuneração do Comissário	522
30.3	Obrigações do Comissário	523
30.3.1	Comissão <i>Del Credere</i>	525
30.4	Direitos do Comissário	527
30.5	Obrigações e Direitos do Comitente	528
30.6	Extinção do Contrato de Comissão	529

31 Agência e Distribuição. Lobby	531
31.1 Tratamento Conjunto de Ambos os Contratos. Os Contratos de Agência e Distribuição e o Representante Comercial	531
31.2 Comercialização por Terceiros.....	532
31.3 Agência	533
31.3.1 Agência e Contrato de <i>Lobby</i>	536
31.3.2 Características. Remuneração do Agente.....	536
31.3.3 Prazo.....	540
31.4 Distribuição.....	541
32 Corretagem	545
32.1 Conceito. Natureza Jurídica.....	545
32.2 Corretor.....	550
32.3 Remuneração	550
32.3.1 Outros Direitos e Deveres do Corretor.....	557
32.4 Extinção.....	559
33 Transporte	561
33.1 Conceito. Origens.....	561
33.2 Natureza Jurídica	566
33.2.1 Espécies.....	567
33.3 Sujeitos.....	568
33.4 Objeto.....	568
33.5 Frete.....	569
33.6 Obrigações das Partes. Vistoria e Protesto. Responsabilidade do Transportador	569
33.7 Transporte de Pessoas	572
33.7.1 Transporte Gratuito.....	577
33.8 Transporte de Coisas.....	579
33.9 Conhecimento	583
33.10 Bilhete de Passagem	584
33.11 Particularidades do Transporte Aéreo.....	584
34 Seguro	587
34.1 Origens. Conceito.....	587
34.2 Características. Natureza Jurídica	590
34.3 Objeto.....	597
34.4 Risco.....	598
34.4.1 Espécies.....	600
34.4.2 Seguro de Homem Casado em Favor da Concubina.....	605

34.5	Prêmio.....	606
34.5.1	Mora no Pagamento do Prêmio.....	607
34.6	Indenização. Rateio	609
34.7	Partes. Seguro Mútuo.....	611
34.8	Obrigações do Segurado.....	612
34.9	Obrigações do Segurador	615
34.9.1	Morte Voluntária do Segurado	617
34.10	Instrumentos Contratuais	618
34.11	Multiplicidade de Seguros. Cosseguro	621
34.12	Resseguro.....	623
34.13	Sub-rogação.....	624
34.14	Extinção do Contrato de Seguro	625
34.15	Prescrição	626
35	Constituição de Renda	629
35.1	Conceito. Origens. Utilidade. Características. Direito Obrigacional e Direito Real	629
35.2	Fontes.....	632
35.3	Nulidade de Constituição. Direito de Acrescer	632
35.4	Direitos e Obrigações das Partes.....	633
35.5	Extinção	634
36	Jogo e Aposta	635
36.1	Conceito. Natureza Jurídica.....	635
36.2	Espécies de Jogo. Natureza da Obrigação. Características.....	636
36.3	Contratos Diferenciais.....	639
36.4	Sorteio.....	640
37	Fiança	641
37.1	Conceito. Natureza. Modalidades.....	641
37.2	Extensão da Fiança.....	648
37.3	Fiança e Obrigação Natural.....	649
37.4	Requisitos Subjetivos. Legitimidade. Outorga Conjugal.....	650
37.5	Efeitos da Fiança. Benefício de Ordem. Sub-rogação.....	652
37.6	Exoneração da Fiança	657
37.7	Fiança na Locação Imobiliária.....	660
37.8	Exceções Opostas pelo Fiador	661
37.9	Extinção da Fiança	662

38 Dos Atos Unilaterais: Promessa de Recompensa. Concurso.....	663
38.1 Promessa de Recompensa como Negócio Jurídico Unilateral. Conceito. Generalidades	663
38.2 Conteúdo.....	666
38.3 Prêmio ou Recompensa. Exigibilidade.....	667
38.4 Revogabilidade.....	668
38.5 Concurso	669
39 Dos Atos Unilaterais: Gestão de Negócios	671
39.1 Conceito. Natureza	671
39.2 Requisitos	675
39.3 Obrigações e Direitos do Gestor	676
39.4 Obrigações e Deveres do Dono. Utilidade da Gestão.....	677
39.5 Ratificação e Desaprovação da Gestão	678
39.6 Casos Assemelhados à Gestão. Emprego Útil.....	679
39.7 Extinção da Gestão. Ações	680
40 Fornecimento.....	681
40.1 Conceito.....	681
40.2 Natureza Jurídica. Características	682
40.3 Modalidades. Elementos.....	683
40.4 Distinção de Outras Modalidades Contratuais	684
40.5 Obrigações das Partes	684
40.6 Extinção	685
41 Incorporação Imobiliária.....	687
41.1 Incorporador. Incorporação. Conceito. Natureza Jurídica	687
41.2 Partes.....	693
41.3 Objeto.....	693
41.4 Conteúdo. Lançamento da Incorporação. Construção.....	693
41.5 Construção por Empreitada e por Administração. Venda por Preço Global.....	695
41.6 Obrigações e Direitos do Incorporador	697
41.7 Obrigações e Direitos dos Adquirentes. Inadimplemento Contratual. Aplicação do Art. 53 do Código de Defesa do Consumidor	699
41.8 Comissão de Representantes e Assembleia Geral de Adquirentes. Convenção do Condomínio.....	701
41.9 Inadimplência do Incorporador	704
41.10 Inadimplência do Adquirente.....	705

41.11	Extinção.....	706
41.12	O Patrimônio de Afetação. Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004.....	706
42	Compromisso de Compra e Venda.....	711
42.1	Conceito. Promessa de Compra e Venda com Eficácia Real	711
42.2	Natureza Jurídica do Compromisso de Compra e Venda de Imóvel. Particularidades.....	712
42.3	Adjudicação Compulsória.....	713
42.4	Características da Promessa de Compra e Venda	717
43	Garagem.....	721
43.1	Conceito.....	721
43.2	Características.....	723
43.3	Natureza Jurídica. Semelhança com Outros Contratos.....	723
43.4	Obrigações das Partes	724
43.5	Proteção do Usuário. Cláusula de Exclusão de Responsabilidade	724
43.6	Prazo.....	727
43.7	Extinção.....	728
44	Representação Comercial.....	729
44.1	Conceito. Distinção da Representação Comercial de Outros Contratos e do Contrato de Agência	729
44.2	Representante Comercial Autônomo Segundo a Lei nº 4.886/65.....	733
44.3	Forma e Conteúdo do Contrato de Representação. Prazo.....	733
44.4	Direitos e Obrigações das Partes	734
44.5	Rescisão. Denúncia. Extinção do Contrato.....	736
45	Transferência de Tecnologia. Licença e Know-How	741
45.1	Terminologia. Conceito	741
45.2	Contrato de Licença	744
45.3	Contrato de Know-how.....	745
45.4	Outros Contratos.....	747
45.5	Extinção.....	748
46	Franquia.....	749
46.1	Conceito. Origens. Modalidades	749
46.2	Natureza Jurídica. Características. Cláusulas Específicas	755
46.3	Direitos e Deveres das Partes. Circular de Oferta de Franquia	757
46.4	Extinção do Contrato.....	759

47 Factoring (Faturização)	761
47.1 Conceito.....	761
47.2 Modalidades.....	763
47.3 Características.....	764
47.4 Obrigações das Partes. Posição do Cedido	766
47.5 Extinção do Contrato.....	767
48 Leasing (Arrendamento Mercantil)	769
48.1 Conceito. Natureza Jurídica	769
48.2 Origens.....	771
48.3 Espécies.....	771
48.3.1 Tratamento Legislativo no Brasil.....	773
48.3.2 Obrigações das Partes.....	773
48.4 Ações Judiciais	775
48.5 Extinção do Contrato.....	777
49 Sociedade	779
49.1 Pessoa Jurídica e Sociedade.....	779
49.2 Contrato de Sociedade. Natureza Jurídica	780
49.2.1 Figuras Afins	787
49.3 Modalidades.....	787
49.3.1 Sociedade e Associação.....	792
49.3.2 Sociedade de Fato e Sociedade Irregular.....	793
49.4 Direitos e Deveres dos Sócios	794
49.5 Administração.....	795
49.6 Obrigações da Sociedade e dos Sócios Perante Terceiros	797
49.7 Resolução da Sociedade em Relação a um Sócio. Dissolução da Sociedade.....	798
50 Contratos Agrários: Arrendamento e Parceria	805
50.1 Direito Agrário e Princípios Contratuais	805
50.2 Arrendamento Rural. Distinção da Parceria.....	807
50.3 Parceria	809
50.4 Prazos.....	810
50.5 Forma.....	812
50.6 Direito de Preferência.....	813
50.7 Renovação ou Prorrogação do Contrato.....	814
50.8 Benfeitorias e Direito de Retenção.....	815
50.9 Preço no Arrendamento	815

XXIV | DIREITO CIVIL • VOL. 3 • Venosa

50.10 Preço na Parceria	816
50.11 Ação de Despejo	817
50.12 Falsa Parceria	818
50.13 Extinção dos Contratos	818
51 Contratos de Direitos Autorais	821
51.1 Conceito. Âmbito. Edição	821
51.2 Obrigações do Autor	824
51.3 Direitos do Autor.....	827
51.4 Obrigações do Editor	829
51.5 Direitos do Editor	829
51.6 Extinção.....	830
51.7 Contratos de Encomenda de Obra Intelectual	830
51.8 Transferência de Direitos Autorais.....	831
51.9 Representação e Execução Dramática e Musical.....	834
Bibliografia.....	837
Índice Remissivo	847

4

DIREITO CIVIL

Reais

SÍLVIO DE SALVO **VENOSA**

21^ª
edição **revista e
atualizada**

 | **atlas**

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 23.02.2021
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2021 by
Editora Atlas Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Rua Conselheiro Nêbias, 1.384
São Paulo – SP – 01203-904
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Danilo Oliveira
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

V575d

Venosa, Sílvio de Salvo

Direito Civil: reais, volume 4 / Sílvio de Salvo Venosa. – 21. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-97-02719-8

1. Direitos reais – Brasil. 2. Propriedade – Brasil. I. Título.

21-69395

CDU: 347.2(81)

Leandra Felix da Cruz Candido – Bibliotecária – CRB-7/6135

SUMÁRIO

1 – Universo dos Direitos Reais.....	1
1.1 Relação das Pessoas com as Coisas.....	1
1.2 Direitos Reais e Direitos Pessoais	4
1.3 Divagações Doutrinárias Acerca da Natureza dos Direitos Reais ...	8
1.4 Situações Intermediárias entre Direitos Reais e Direitos Pessoais	10
1.4.1 Obrigações <i>Propter Rem</i>	11
1.4.2 Ônus Reais.....	13
1.4.3 Obrigações com Eficácia Real.....	14
2 – Efeitos do Direito Real.....	17
2.1 Denominação: Direito das Coisas. Direitos Reais	17
2.2 Direito Real e Eficácia <i>Erga Omnes</i>	17
2.3 Ações Reais	18
2.4 Classificação dos Direitos Reais	19
2.5 Tipicidade Estrita dos Direitos Reais e Normas de Ordem Pública....	20
3 – Da Posse.....	23
3.1 Defesa de um Estado de Aparência	23
3.2 Posse e Propriedade. Juízo Possessório e Juízo Petitório	26
3.3 Conceito de Posse: <i>Corpus</i> e <i>Animus</i> . Detenção. Fâmulos da Posse	34
3.4 Objeto da Posse. Posse de Direitos	43
4 – Classificações da Posse	47
4.1 Posse Direta e Indireta.....	47
4.2 Composse.....	52
4.3 Posse Justa e Injusta. Posse Violenta, Clandestina e Precária	58
4.4 Posse de Boa-fé e de Má-fé. Justo Título	62
4.5 Princípio de Continuidade do Caráter da Posse.....	68
4.6 Posse <i>ad Interdicta</i> e Posse <i>ad Usucapionem</i> . Posse Nova e Posse Velha	69

5 – Aquisição, Conservação, Transmissão e Perda da Posse	71
5.1 Aquisição da Posse	71
5.1.1 Apreensão da Coisa ou Exercício do Direito. Aquisição Originária e Derivada. Presunção de Posse dos Móveis	73
5.1.1.1 Modalidades de Tradição	75
5.1.2 Disposição da Coisa ou do Direito	77
5.1.3 Modos de Aquisição da Posse em Geral	77
5.1.4 Quem Pode Adquirir a Posse	78
5.2 Transmissão da Posse	80
5.3 Conservação e Perda da Posse	81
5.3.1 Perda da Posse pelo Abandono	82
5.3.2 Perda da Posse pela Tradição	83
5.3.3 Perda ou Destruição da Coisa. Coisas Postas Fora do Comércio	83
5.3.4 Posse de Outrem. Perda da Posse do Ausente	84
5.3.5 Perda da Posse pelo Constituto-Possessório	85
5.3.6 Perda da Posse de Direitos	85
5.4 Perda ou Furto da Coisa Móvel e Título ao Portador	86
5.5 Atos que não Induzem Posse	87
5.6 Posse de Móveis Contidos em Imóvel	88
6 – Dos Efeitos da Posse (I): Frutos, Produtos e Benfeitorias. Indenização pela Perda ou Deterioração da Coisa. Usucapião	89
6.1 Efeitos da Posse. Sua Classificação. Proteção Possessória	89
6.2 Percepção dos Frutos	92
6.3 Indenização por Benfeitorias e Direito de Retenção	96
6.4 Indenização dos Prejuízos. Indenização pela Deterioração ou Perda da Coisa	101
6.5 Usucapião	104
7 – Dos Efeitos da Posse (II): Defesa da Posse. Interditos. Processo. Outras Ações de Defesa da Posse	105
7.1 Fundamentos e Âmbito da Proteção Possessória. Histórico	105
7.2 Legítima Defesa da Posse. Desforço Imediato	107
7.3 Interditos Possessórios. Ações Possessórias no Código de Processo Civil	112
7.3.1 Ação de Esbulho ou de Indenização Movida contra Terceiro	114
7.3.2 Fungibilidade das Ações Possessórias	114

7.3.3	Aplicação das Ações Possessórias às Coisas Móveis.....	116
7.3.4	Ação Real ou Ação Pessoal.....	117
7.3.5	Cumulação de Pedidos nas Ações Possessórias.....	118
7.3.6	Natureza Dúplice da Ação Possessória.....	119
7.3.7	Exceção de Domínio.....	121
7.3.8	Ações de Força Nova e de Força Velha. A Medida Liminar nas Ações Possessórias.....	125
7.3.8.1	Quando mais de uma pessoa se disser possuidora.....	128
7.3.9	Carência de Idoneidade Financeira do Autor Beneficiado pela Liminar.....	128
7.4	Interdito Proibitório.....	129
7.5	Manutenção de Posse.....	131
7.6	Reintegração de Posse.....	131
7.7	Embargos de Terceiro.....	131
7.8	Nunciação de Obra Nova.....	134
7.9	Ação de Dano Infecto.....	135
7.10	Imissão de Posse.....	135
7.11	Servidões e Proteção Possessória.....	136
8	– Propriedade.....	139
8.1	Notícia Histórica.....	139
8.2	Aspectos da Finalidade Social da Propriedade. A Expropriação do Art. 1.228, § 4º.....	141
8.2.1	O Estatuto da Cidade.....	146
8.3	Sobre a Natureza Jurídica da Propriedade.....	147
8.4	Objeto do Direito de Propriedade.....	148
8.5	Restrições ao Direito de Propriedade.....	152
8.6	Noção de Patrimônio.....	152
9	– Aquisição da Propriedade em Geral. Aquisição da Propriedade Imóvel. Usucapião e suas Modalidades.....	155
9.1	Propriedade Móvel e Imóvel. Princípios Gerais.....	155
9.1.1	Sistemas de Aquisição da Propriedade.....	156
9.1.2	Ação Pessoal para Entrega de Coisa. Aspectos Processuais.....	159
9.1.3	Aquisição Originária e Derivada; a Título Singular e a Título Universal.....	161
9.2	Aquisição da Propriedade Imóvel pela Transcrição. Registro de Imóveis: Princípios Gerais. Registro Torrens.....	162

9.3	Acessão.....	167
9.3.1	Acessão por Formação de Ilhas.....	167
9.3.2	Acessão por Formação de Aluvião.....	168
9.3.3	Acessão por Avulsão.....	170
9.3.4	Acessão por Álveo Abandonado.....	171
9.3.5	Construções e Plantações.....	173
9.3.5.1	Construções em imóvel alheio. Disposições do Código de 2002.....	177
9.3.6	Acessão Natural de Animais.....	179
9.4	Usucapião: Introdução. Notícia Histórica.....	179
9.4.1	Fundamentos da Usucapião.....	181
9.4.2	Requisitos da Usucapião. Usucapião Ordinária e Extraordinária no Código de 1916.....	181
9.4.2.1	Justo título e boa-fé na usucapião ordinária no Código de 1916.....	186
9.4.3	Usucapião no Código de 2002. Modalidades. Uma Nova Perspectiva.....	188
9.4.4	Usucapião Especial. Constituição de 1988. Usucapião Familiar.....	192
9.4.4.1	Usucapião coletiva instituída pelo Estatuto da Cidade. Aquisição de propriedade de imóvel reivindicando (art. 1.228, § 4º, do Código).....	196
9.4.5	Processo de Usucapião.....	198
9.4.6	Reconhecimento Extrajudicial de Usucapião.....	200
9.5	Aquisição pelo Direito Hereditário.....	201
10	Ação Reivindicatória e Outros Meios de Tutela da Propriedade.....	203
10.1	Juízo Possessório e Juízo Petitório. Tutela da Propriedade.....	203
10.2	Ação Reivindicatória.....	204
10.3	Ação Declaratória.....	206
10.4	Ação Negatória.....	207
10.5	Outros Meios de Tutela da Propriedade.....	208
11	Aquisição da Propriedade Móvel.....	211
11.1	Introdução.....	211
11.2	Ocupação.....	212
11.2.1	Caça.....	213
11.2.2	Pesca.....	214
11.2.3	Invenção ou Descoberta.....	215
11.2.4	Tesouro.....	217

11.3	Especificação.....	219
11.4	Confusão, Comistão e Adjunção	221
11.5	Usucapião da Coisa Móvel.....	223
11.6	Tradição.....	226
12	- Perda da Propriedade. Desapropriação	231
12.1	Hipóteses de Perda da Propriedade Móvel e Imóvel	231
12.2	Alienação.....	232
12.3	Renúncia.....	232
12.4	Abandono.....	234
12.5	Perecimento do Objeto.....	235
12.6	Desapropriação. Natureza.....	236
12.6.1	Modalidades de Desapropriação	239
12.6.2	Objeto da Desapropriação.....	241
12.6.3	Declaração Expropriatória	241
12.6.4	Processo da Desapropriação	241
12.6.5	Indenização e Pagamento.....	247
12.6.6	Desapropriação Indireta.....	247
12.6.7	Desistência da Desapropriação. Revogação e Anulação do Ato Expropriatório	249
12.6.8	Retrocessão.....	250
12.6.9	Servidão Administrativa, Requisição e Ocupação Provi- sória.....	252
13	- Direitos de Vizinhança. Uso Nocivo da Propriedade.....	255
13.1	Uso Nocivo, Mau Uso e Prejuízo Decorrentes de Direito de Vizi- nhança	255
13.1.1	Dificuldade da Noção de Uso Nocivo da Propriedade.....	260
13.1.2	Ações Decorrentes do Uso Nocivo da Propriedade. Dano Infecto	265
13.2	Árvores Limítrofes	269
13.3	Passagem Forçada	270
13.3.1	Passagem de Cabos e Tubulações.....	274
13.4	Águas	275
13.5	Limites entre Prédios. Demarcação.....	281
13.6	Direito de Construir	286
13.7	Direito de Tapagem.....	294
14	- Condomínio em Geral.....	299
14.1	Comunhão de Direitos e Condomínio.....	299

XIV | DIREITO CIVIL • VOL. 4 • Venosa

14.2	Antecedentes Históricos e Natureza do Condomínio.....	299
14.3	Modalidades e Fontes do Condomínio.....	301
14.4	Direitos e Deveres dos Condôminos.....	304
14.5	Administração do Condomínio.....	309
14.6	Venda da Coisa Comum. Venda de Quinhão Comum. Divisão e Extinção do Condomínio.....	311
14.7	Condomínio em Paredes, Cercas, Muros e Valas.....	315
14.8	Compáscuo.....	316
15	– Condomínio Edifício. Outras Modalidades de Condomínio. Multipropriedade	317
15.1	Denominação e Natureza Jurídica. Duplicidade de Natureza no Direito de Propriedade: Unidades Autônomas e Áreas Comuns. Personificação.....	317
15.2	Constituição e Objeto. Incorporação Imobiliária.....	320
15.3	Convenção de Condomínio. Regimento Interno	325
15.4	Direitos e Deveres dos Condôminos. Infrações e Penalidades. Restrição ao Direito do Condômino. Possibilidade de Exclusão de Condômino ou Ocupante	331
15.4.1	Terraço de Cobertura. Vagas de Garagem e Áreas de Lazer e de Utilização Comum	341
15.5	Despesas de Condomínio. Cobrança. Obras e Reformas.....	345
15.5.1	Inquilino na Unidade Autônoma. Lei do Inquilinato	350
15.6	Assembleia Geral de Condôminos	352
15.7	Administração do Condomínio. O Síndico.....	354
15.8	Extinção do Condomínio Horizontal	356
15.9	Novas Manifestações Condominiais: Loteamentos Fechados, <i>Shopping Centers</i> , Clubes de Campo, Cemitérios	356
15.9.1	Multipropriedade (<i>time sharing</i>).....	358
15.9.2	Particularidades legais da multipropriedade	360
15.10	Do condomínio de lotes.....	363
16	– Propriedade Resolúvel	365
16.1	Hipóteses Legais.....	365
16.2	Propriedade Sujeita a Condição ou Termo.....	366
16.3	Propriedade Resolúvel por Causa Superveniente	369
17	– Garantia Fiduciária. Propriedade Fiduciária	371
17.1	Alienação Fiduciária em Garantia. Origens. Conceito. A Propriedade Fiduciária no Código Civil de 2002	371

17.2	Garantia Fiduciária dos Bens Móveis. Requisitos e Alcance. Lei nº 10.931/2004. Sujeitos	376
17.2.1	Consequências do Inadimplemento na Alienação Fiduciária de Bens Móveis	381
17.2.2	Obrigações do Credor na Alienação Fiduciária de Bens Móveis.....	382
17.2.3	Garantia Fiduciária de Móveis na Falência.....	382
17.3	Alienação Fiduciária de Coisa Imóvel.....	382
17.3.1	Extinção da Alienação Fiduciária Imobiliária.....	384
17.3.2	Leilão.....	385
17.3.3	Outras Disposições: Cessão de Posição Contratual, Reintegração de Posse, Fiança, Insolvência. Forma.....	386
18	- Direitos Reais sobre Coisas Alheias. Enfitese e Superfície.....	389
18.1	Propriedade e Direitos Reais Limitados.....	389
18.2	Enfitese. Conceito. Notícia Histórica.....	393
18.2.1	Enfitese. Efeitos. Constituição. Objeto	395
18.2.2	Direitos e Deveres do Enfiteuta.....	397
18.2.3	Direitos e Deveres do Senhorio.....	399
18.2.4	Extinção da Enfitese	400
18.2.5	Ações Decorrentes da Enfitese.....	404
18.2.6	Enfitese da União	404
18.3	Direito de Superfície. Conceito e Compreensão.....	405
18.3.1	Direito de Superfície no Estatuto da Cidade. Cotejo com o Código Civil.....	408
18.3.2	Direitos das Partes. Pagamento. Transmissão do Direito. Preferência.....	410
18.3.3	Extinção.....	411
19	- Servidões.....	413
19.1	Conceito. Notícia Histórica	413
19.1.1	Servidões e Limitações Decorrentes de Vizinhança. Servidões Administrativas	416
19.1.2	Modalidades de Servidão. Origem Histórica.....	417
19.2	Classificação.....	418
19.3	Características	421
19.4	Exercício do Direito de Servidão	425
19.5	Origem e Constituição das Servidões	428
19.6	Extinção das Servidões.....	431
19.7	Ações Decorrentes das Servidões	433

20 – Usufruto. Uso. Habitação	435
20.1 Conceito de Usufruto. Notícia Histórica	435
20.2 Natureza Jurídica. Características, Finalidades e Objeto. Usufruto Impróprio. Constituição e Transcrição. Acessórios.....	437
20.3 Afinidade e Distinção com Outros Institutos. Usufruto e Fideicomisso. Usufruto Sucessivo.....	442
20.4 Modalidades. Usufrutos Especiais	443
20.5 Inalienabilidade.....	445
20.6 Direito de Acrescer entre Usufrutuários.....	448
20.7 Direitos do Usufrutuário.....	451
20.8 Deveres do Usufrutuário.....	452
20.9 Direitos e Obrigações do Nu-proprietário.....	454
20.10 Usufruto de Pessoa Jurídica e sobre Patrimônio.....	455
20.11 Extinção do Usufruto	456
20.12 Direito Real de Uso.....	459
20.13 Direito Real de Habitação	460
20.14 Ações Decorrentes de Usufruto, Uso e Habitação	462
21 – Rendas Constituídas sobre Imóveis (leitura adicional)	463
21.1 Contrato de Constituição de Renda e Direito Real. Notícia Histórica.....	463
21.2 Características do Direito Obrigacional de Constituição de Renda....	464
21.3 Características como Direito Real	465
21.4 Direitos e Obrigações do Credor e do Rendeiro.....	467
21.5 Extinção.....	467
21.6 Ações Decorrentes da Constituição de Renda	468
22 – Promessa de Compra e Venda com Eficácia Real. Direito do Promitente Comprador	469
22.1 Origens. Conceito	469
22.2 Natureza Jurídica.....	473
22.3 Adjudicação Compulsória	476
22.4 Lineamentos Gerais da Promessa de Compra e Venda.....	479
23 – Direitos Reais de Garantia	483
23.1 Conceito. Notícia Histórica. Natureza. Bens Móveis e Imóveis. Penhor, Hipoteca e Anticrese	483
23.2 Relação entre o Crédito e a Garantia. Eficácia contra Terceiros. Excussão. Especialização. Preferência	484
23.3 Garantia Prestada por Terceiros.....	488

23.4	Indivisibilidade. Remição. Direito Real de Garantia no Condomínio	490
23.5	Capacidade para Instituir a Garantia e seu Objeto.....	492
23.6	Proibição do Pacto Comissório.....	494
23.7	Princípio da Prioridade.....	495
23.8	Antecipação de Vencimento das Obrigações. Substituição e Reforço da Garantia Real.....	495
23.9	Extinção dos Direitos Reais de Garantia.....	498
24	– Penhor.....	499
24.1	Conceito. Características. Modalidades.....	499
24.2	Penhor Convencional. Constituição. Objeto.....	503
24.2.1	Direitos e Obrigações do Credor e Devedor Pignoratício ...	505
24.3	Penhor Legal.....	507
24.4	Modalidades Especiais de Penhor. Penhor Rural (Agrícola e Pecuário). Penhor Industrial. Penhor Mercantil.....	510
24.4.1	Penhor de Veículos.....	516
24.5	Penhor de Direitos e Caução de Títulos de Crédito	517
24.6	Extinção do Penhor	519
24.7	Ações Decorrentes do Penhor	522
25	– Hipoteca	523
25.1	Notícia Histórica	523
25.2	Princípios Gerais.....	525
25.2.1	Registro da Hipoteca. Dúvida.....	531
25.3	Hipoteca Convencional.....	534
25.4	Hipoteca Legal.....	535
25.5	Hipoteca Judicial.....	538
25.6	Pluralidade de Hipotecas e Insolvência do Devedor.....	539
25.6.1	Abandono do Imóvel Hipotecado pelo Adquirente	540
25.7	Efeitos da Hipoteca.....	540
25.8	Remição.....	541
25.8.1	Perempção da Hipoteca.....	544
25.8.2	Prefixação de Valor do Imóvel Hipotecado para Fins de Arrematação, Adjudicação e Remissão	545
25.9	Hipotecas Contraídas no Período Suspeito da Falência	545
25.9.1	Loteamento ou Constituição de Condomínio no Imóvel Hipotecado.....	545
25.10	Extinção da Hipoteca	548
25.11	Cédula Hipotecária Habitacional.....	551

XVIII | DIREITO CIVIL • VOL. 4 • Venosa

25.12	Execução da Dívida Hipotecária. Execução Extrajudicial da Dívida Hipotecária.....	551
25.13	Hipoteca Naval, Aérea e de Vias Férreas. Minas e Pedreiras.....	553
26	– Anticrese. Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia e Concessão de Direito Real de Uso.....	555
26.1	Conceito. Notícia Histórica	555
26.2	Direitos e Deveres do Devedor e do Credor.....	558
26.3	Extinção da Anticrese. Anticrese de bens móveis	559
26.4	Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia e Concessão de Direito Real de Uso.....	561
27	– Outros Direitos Reais: Laje. Fundos de Investimento.....	565
27.1	A laje	565
27.2	Fundo de investimento.....	568
28	– Direitos de Autor.....	571
28.1	Conceito. Conteúdo.....	571
28.2	Objeto do Direito Autoral.....	574
28.3	Conceituação de Autor. Direitos Morais.....	577
28.4	Direitos Patrimoniais do Autor. Cessão de Direitos.....	578
28.5	Direitos Conexos.....	581
28.6	Registro das Obras Intelectuais	581
28.7	Direitos Autorais no Campo da Informática.....	581
28.8	Associações de Titulares de Direito de Autor	583
28.9	Alguns Aspectos dos Direitos Autorais. Obra Feita sob Encomenda. Obra Publicitária. Transmissões Radiofônicas e Televisivas. Obras de Artes Plásticas. Obra Fotográfica. Obra Jornalística. Obras Fonográficas e Cinematográficas	583
28.10	Tutela dos Direitos Autorais	587
	Bibliografia.....	589
	Índice Remissivo	595

5

DIREITO CIVIL
Família e Sucessões
SÍLVIO DE SALVO **VENOSA**

21^a
edição **revista e
atualizada**

 **atlas**

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data da entrega dos originais à editora. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 23.02.2021
- O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2021 by
Editora Atlas Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Rua Conselheiro Nébias, 1.384
São Paulo – SP – 01203-904
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Capa: Danilo Oliveira
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

V575d
21. ed
Venosa, Sílvio de Salvo, 1945-

Direito Civil: família e sucessões, volume 5 / Sílvio de Salvo Venosa. – 21. ed. – São Paulo: Atlas, 2021.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-85-97-02713-6

1. Direito de família - Brasil. I. Título.

21-69537

CDU: 347.6(81)

Camila Donis Hartmann – Bibliotecária – CRB-7/6472

SUMÁRIO

Parte I

Direito de Família

1	Introdução ao Direito de Família	3
1.1	Compreensão	3
1.2	Lineamentos Históricos.....	4
1.3	Família Contemporânea. Novos Fenômenos Sociais	7
1.4	Natureza Jurídica da Família.....	10
1.5	Direito de Família.....	11
1.5.1	Características Peculiares	14
1.6	Direito de Família no Brasil. Constituição de 1988	16
1.7	Estado de Família	19
1.7.1	Ações de Estado.....	20
2	Casamento e União Estável	23
2.1	Introdução. Justificação do Presente Título	23
2.2	Lineamentos Históricos.....	24
2.3	Casamento no Direito Brasileiro. Conceito	26
2.3.1	Natureza Jurídica do Casamento.....	27
2.3.2	Características do Casamento. Finalidades. Pressupostos.....	28
2.3.3	Casamento Civil e Religioso	30
2.3.4	Esponsais: Promessa de Casamento.....	31
2.3.5	Corretagem Matrimonial	34
2.4	União de Fato. União Estável. Concubinato	35
2.4.1	Natureza Jurídica da União Estável. Conceito e Compreensão. Elementos Constitutivos	39
2.4.2	União Estável e Casamento. Aspectos Legais da União Estável....	45
2.5	Mosaico Familiar	49

3	Formalidades Preliminares. Habilitação para o Casamento.....	51
3.1	Lineamentos Históricos.....	51
3.2	Habilitação.....	52
3.3	Suprimento do Consentimento.....	58
3.4	Procedimento de Habilitação.....	61
3.4.1	Dispensa de Proclamas.....	63
4	Impedimentos Matrimoniais. Causas de Anulação e Causas Suspensivas.....	65
4.1	Legitimação e Capacidade para o Casamento.....	65
4.2	Aspectos Gerais dos Impedimentos.....	66
4.3	Impedimentos no Código de 2002.....	67
4.4	Casamento Anulável. Impedimentos Relativos.....	73
4.5	Causas Suspensivas.....	78
4.6	Oposição de Impedimentos.....	80
5	Celebração e Prova do Casamento.....	83
5.1	Ritos Matrimoniais.....	83
5.2	Cerimônia do Casamento.....	84
5.2.1	Suspensão da Cerimônia.....	87
5.2.2	Casamento perante Autoridade Diplomática.....	87
5.3	Casamento por Procuração.....	88
5.4	Casamento sob Moléstia Grave. Casamento Nuncupativo.....	89
5.5	Casamento Religioso com Efeitos Cíveis.....	92
5.6	Prova do Casamento. Posse de Estado de Casado.....	93
6	Casamento Inexistente, Nulo e Anulável.....	97
6.1	Casamento Inexistente.....	97
6.2	Nulidade e Inexistência do Casamento.....	100
6.3	Nulidades do Casamento.....	101
6.3.1	Legitimação para Arguir Nulidade.....	102
6.3.2	Casos de Nulidade.....	103
6.4	Casamento Anulável. Legitimação. Prazos.....	104
6.4.1	Hipóteses de Anulação. Coação.....	105
6.4.2	Erro Essencial sobre a Pessoa.....	106
6.4.3	Erro Quanto a Identidade, Honra e Boa Fama.....	108
6.4.4	Ignorância de Crime.....	111
6.4.5	Defeito Físico Irremediável ou Moléstia Grave. Doença Mental....	112
6.4.6	Prazos para Ação de Anulação.....	113
6.5	O Dolo não é Causa de Anulação.....	114

7 Casamento Putativo.....	115
7.1 Conceito.....	115
7.2 Condições do Casamento Putativo	117
7.2.1 Erro de Direito e Erro de Fato no Casamento Putativo	117
7.3 Efeitos do Casamento Putativo.....	120
7.4 Declaração de Putatividade.....	122
8 Eficácia do Casamento. Direitos e Deveres dos Cônjuges. Introdução ao Direito Conjugal Patrimonial.....	123
8.1 Introdução.....	123
8.1.1 Eficácia do Casamento.....	125
8.1.2 Princípios Gerais do Direito Patrimonial Entre os Cônjuges. Alteração de Regime	126
8.2 Deveres dos cônjuges	135
8.3 Direitos e Deveres do Marido no Código de 1916. Os Direitos Homogêneos no Código de 2002	138
9 Separação e Divórcio.....	145
9.1 Introdução.....	145
9.2 Separação e Divórcio. Aspectos Legais Comparativos	148
9.2.1 Nome da Mulher. Nome dos Cônjuges.....	152
9.3 Separação Judicial. Modalidades (Leitura Complementar).....	156
9.3.1 Processo de Separação, Divórcio por Mútuo Consentimento. Possibilidade de Realização por Escritura Pública.....	159
9.3.1.1 Alimentos. Renúncia aos alimentos na separação... ..	164
9.3.1.2 Guarda e proteção dos filhos na separação e nas várias situações assemelhadas. Guarda compartilhada e suas particularidades.....	170
9.3.1.3 Partilha. Promessa de doação	174
9.3.2 Separação Litigiosa	177
Leitura Complementar.....	177
9.3.2.1 O dano moral no rompimento da sociedade conjugal e no direito de família.....	179
9.3.2.2 Separação por conduta desonrosa ou grave violação dos deveres do casamento (leitura complementar)	180
9.3.2.3 Separação por ruptura da vida em comum (leitura complementar)	181
9.3.2.4 Separação por grave doença mental (leitura complementar)	182

XIV | DIREITO CIVIL • VOL. 5 • Venosa

9.3.2.5	Indeferimento da separação na forma do art. 6º da Lei nº 6.515/77. Cláusula de dureza. Dispositivo ausente no Código Civil de 2002 (leitura complementar)	182
9.3.2.6	Efeitos patrimoniais na forma do § 3º do art. 1.572 (leitura complementar)	183
9.3.2.7	Proteção à pessoa dos filhos na separação litigiosa e no divórcio. Guarda dos filhos. Direito de visitas	184
9.3.3	Reconciliação. Efeitos	188
9.3.4	Separação de Corpos e Outras Medidas Cautelares	188
9.4	Divórcio	190
9.4.1	Modalidades de Divórcio. Processo	190
9.4.2	Conversão da Separação Judicial em Divórcio	191
9.4.2.1	Partilha no divórcio	194
9.4.3	Divórcio Direto. Consensual e Litigioso	194
9.4.4	Efeitos do Divórcio	196
10	Parentesco	197
10.1	Conceito e Compreensão	197
10.2	Modalidades de Parentesco	201
10.3	Contagem de Graus	202
10.4	Afinidade	204
10.5	Efeitos do Parentesco	205
11	Filiação	207
11.1	Conceito	207
11.2	Filiação Legítima. Paridade na Filiação	208
11.2.1	Conceito de Filiação Legítima	210
11.2.2	Provas de Paternidade. Os Filhos Provenientes de Inseminação Artificial. A Reprodução Assistida	220
11.2.3	Biogenética e Paternidade	223
11.3	Ação de Filiação Legítima	227
11.3.1	Ação Negatória de Maternidade	229
12	Filiação Fora do Casamento	231
12.1	Evolução Legislativa	231
12.2	Reconhecimento de Filiação	233
12.2.1	Reconhecimento Voluntário. Lei nº 8.560/92. Atual Código ...	234
12.2.2	Averiguação Oficiosa de Paternidade	238

12.2.3	Oposição ao Reconhecimento.....	241
12.2.4	Anulação do Reconhecimento.....	242
12.3	Investigação de Paternidade.....	244
12.3.1	Provas Científicas de Paternidade	249
12.4	Efeitos do Reconhecimento.....	250
12.5	Investigação de Maternidade	251
13	Adoção.....	253
13.1	Conceito.....	253
13.2	Lineamentos Históricos.....	255
13.3	Natureza Jurídica.....	257
13.4	Adoção no Estatuto da Criança e do Adolescente. Evolução Legislativa. A Lei da Adoção	257
13.5	Guarda	260
13.6	Adoção no Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei da Adoção. Requisitos	263
13.6.1	Estágio de Convivência.....	270
13.6.2	Adoção Internacional.....	271
13.6.3	Sentença e Registro.....	273
13.6.4	Efeitos da Adoção	274
13.6.5	Cadastro de Crianças e Adolescentes para Adoção.....	276
13.7	Adoção: o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Atual Código Civil. Lei da Adoção	276
14	Poder Familiar. Alienação Parental.....	279
14.1	Introdução. Lineamento Histórico. Compreensão	279
14.2	Titularidade do Poder Familiar. Sujeitos.....	281
14.3	Conteúdo do Poder Familiar ou da Autoridade Parental	283
14.4	Particularidades.....	284
14.5	Poder Familiar Quanto à Pessoa dos Filhos.....	285
14.6	Usufruto e Administração dos Bens de Filhos Menores.....	287
14.7	Suspensão, Perda e Extinção do Poder Familiar	290
14.8	Alienação Parental.....	294
15	Regimes de Bens.....	299
15.1	Introdução	299
15.2	Princípios gerais. Requisitos do pacto antenupcial.....	303
15.2.1	Separação Obrigatória de Bens.....	304
15.2.1.1	Comunhão de aquestos na separação legal no sistema de 1916. O atual Código	305

15.2.2	Redução a Termo. Escritura Pública	307
15.3	Comunhão Parcial.....	310
15.3.1	Bens Excluídos da Comunhão Parcial.....	310
15.3.2	Bens que Ingressam na Comunhão.....	314
15.3.3	Administração dos Bens na Comunhão Parcial.....	314
15.4	Comunhão Universal de Bens	316
15.4.1	Bens Excluídos da Comunhão Universal.....	318
15.5	Regime de Participação Final nos Aquestos	321
15.6	Separação de Bens	325
15.7	Regime Dotal	326
15.8	Outros Regimes	327
15.9	Doações Antenupciais	327
15.10	Disciplina Patrimonial Entre Companheiros ou Conviventes. Contrato de Convivência na União Estável	329
16	Alimentos.....	333
16.1	Introdução. Conceito. Origens	333
16.2	Pressupostos da Obrigação Alimentar	335
16.3	Modalidades. Características	339
16.4	Sujeitos da Obrigação Alimentícia.....	347
16.4.1	Alimentos aos Filhos Menores. Alimentos à Mulher Gestante.....	350
16.4.2	Alimentos aos Filhos Maiores, Pais e Irmãos	352
16.4.3	Alimentos Decorrentes do Casamento.....	354
16.4.4	Alimentos na União Estável.....	358
16.5	Transmissão da Obrigação Alimentar.....	359
16.6	Conteúdo e Condições da Prestação Alimentícia	360
16.7	Ação de Alimentos. Lei nº 5.478/68.....	361
16.7.1	Execução de Alimentos. Prisão do Devedor.....	363
17	Bem de Família.....	365
17.1	Origem Histórica.....	365
17.2	Legislação. Conceituação. Natureza Jurídica	365
17.3	A Lei nº 8.009, de 29-3-90	367
17.4	Objeto e Valor do Bem de Família	370
17.5	Legitimação para a Instituição e Destinação do Bem.....	372
17.6	Requisitos	373
17.7	Inalienabilidade e Impenhorabilidade do Bem de Família. Aplicação na Lei nº 8.009/1990	374
17.8	Duração	378

17.9	Processo de Constituição.....	379
17.10	O Bem de Família no Código Civil de 2002	380
18	União Estável. Uniões Homoafetivas	383
18.1	União Estável e Direito de Família	383
18.2	Reconhecimento da União Estável.....	388
18.3	Apontamentos Sobre a Polêmica Legislação.....	389
18.4	Convenções entre os Conviventes.....	389
18.5	Contratos Afetivos.....	390
18.6	Dissolução da União Estável. Patrimônio	393
18.7	União de Pessoas do Mesmo Sexo. Homoafetividade e o Direito.....	395
18.7.1	Introdução	395
18.7.2	Escorço Histórico	398
18.7.3	Aspectos.....	399
18.7.4	Direitos	400
18.7.5	Homoafetividade e União.....	401
18.7.6	Homoafetividade e Adoção	402
19	Tutela.....	405
19.1	Introdução. Conceito. Origens	405
19.2	Particularidades da Tutela. Responsabilidade do Tutor	409
19.3	Fontes da Tutela	410
19.3.1	Requisitos da Tutela	413
19.4	Os Tutores. Tutela e Poder Familiar	414
19.4.1	Nomeação de Casal para o Encargo de Tutores	416
19.5	Incapazes de Exercer a Tutela	416
19.5.1	Proibições Legais	417
19.6	Escusa dos Tutores	417
19.7	Garantia da Tutela	418
19.8	Exercício da Tutela	420
19.9	Bens dos Órfãos.....	422
19.10	Prestação de Contas	423
19.11	Cessação da Tutela.....	425
19.12	Processo de Interdição.....	425
20	Curatela.....	427
20.1	Introdução. Conceito	427
20.2	Princípios da Curatela. Quem Pode ser Curador.....	431
20.2.1	Administração Provisória.....	432

XVIII | DIREITO CIVIL • VOL. 5 • Venosa

20.3	Pessoas com Deficiência.....	433
20.4	Aqueles que por Causa Transitória ou Permanente não Puderem Exprimir sua Vontade.....	433
20.5	Ébrios Habituais e Viciados em Tóxicos.....	434
20.6	Pródigos.....	435
20.7	Nascituros.....	436
20.8	Tomada de Decisão Apoiada. Mentores ou Preceptores.....	436
20.9	Legitimidade para Requerer a Interdição.....	438
20.10	Processo de Interdição.....	440
20.11	Sentença de Interdição.....	442
20.12	Levantamento de Interdição. Internamento.....	443
21	Ausência.....	445
21.1	Introdução.....	445
21.2	Curadoria do Ausente.....	446
21.3	Sucessão Provisória.....	448
21.4	Sucessão Definitiva.....	451
21.5	Consequências para o Direito de Família.....	451

Parte II**Direito das Sucessões**

22	Noções Introdutórias.....	455
22.1	Sucessão. Compreensão do Vocábulo. O Direito das Sucessões.....	455
22.2	Direito das Sucessões no Direito Romano.....	456
22.3	Ideia Central do Direito das Sucessões.....	457
22.4	Noção de Herança. Herança Digital.....	459
22.5	Sucessão Legítima e Testamentária. Lei Aplicável. Legado não se Confunde com Herança.....	463
23	Abertura da Sucessão. Transmissão da Herança. Aceitação e Renúncia da Herança. Cessão da Herança.....	465
23.1	Fato que Determina a Sucessão.....	465
23.2	Momento da Abertura da Sucessão. A Comoriência.....	465
23.3	Transmissão e Aceitação da Herança. Lei que Regula a Sucessão e a Legitimação para Suceder.....	467
23.4	Aceitação da Herança. Conteúdo. Formas. Renúncia.....	471
23.4.1	Direito de Deliberar.....	482
23.4.2	Aceitação da Herança sob Benefício de Inventário.....	482

23.5	Cessão de Direitos Hereditários (Venda ou Alienação da Herança ou de Bens da Herança).....	484
24	Inventário: Noção. Posse dos Herdeiros e Posse do Inventariante. Indivisibilidade da Herança. Capacidade para Suceder. Pactos Sucessórios.....	489
24.1	Inventário e Indivisibilidade da Herança	489
24.1.1	Foro Competente.....	493
24.1.2	Inventariança.....	494
24.1.3	Nomeação e Remoção do Inventariante.....	496
24.1.3.1	Leitura complementar.....	499
24.2	Indivisibilidade da Herança	500
24.3	Capacidade para Suceder	501
24.4	Pactos Sucessórios	503
25	Capacidade para Suceder. Indignidade. Aparência e Herdeiro Aparente.....	505
25.1	Capacidade para Suceder	505
25.2	Indignidade para Suceder.....	509
25.3	Características da Indignidade.....	510
25.4	Efeitos da Indignidade.....	511
25.5	Reabilitação do Indigno.....	513
25.6	Casos de Indignidade.....	515
25.7	Aparência e Herdeiro Aparente. O Art. 1.817 do Código Civil. Posição do Herdeiro Aparente no Código de 2002.....	517
26	Herança Jacente. Herança Vacante. Sucessão do Estado. Sucessão do Ausente	521
26.1	Herança sem Herdeiros. Jacência.....	521
26.2	Casos de Herança Jacente.....	523
26.3	Arrecadação dos Bens da Herança Jacente	524
26.4	Herança Vacante.....	526
26.5	Sucessão do Estado.....	529
26.6	Sucessão do Ausente. Sucessão Provisória e Definitiva.....	530
27	Inventários e Arrolamentos. Processo. Petição de Herança.....	533
27.1	Inventário e Partilha. Judicialidade e extrajudicialidade do Inventário. Lei nº 11.441/07. Questões de Alta Indagação.....	533
27.1.1	Inventário e Partilha Extrajudicial. Aspectos do Inventário Judicial.....	534
27.2	Dispensa do Processo de Inventário. Alvarás.....	537
27.3	Inventário Negativo.....	539
27.4	Legitimidade para Requerer o Inventário. Prazos.....	540
27.5	Foro do Inventário.....	542

27.6	Questões Relativas à Inventariança.....	543
27.7	Primeiras Declarações	544
27.8	Citações no Inventário.....	545
27.9	Fase das Impugnações no Inventário.....	546
27.10	Fase de Avaliação e Cálculo do Imposto. Últimas Declarações	547
27.11	Imposto <i>Causa Mortis</i>	549
27.12	Arrolamentos.....	551
27.13	Petição de Herança.....	553
28	Vocação Hereditária. Sucessão Legítima e Testamentária. Ordem de Vocação Hereditária	557
28.1	Sucessão Legítima e Testamentária	557
28.2	Origens Históricas.....	558
28.3	Sucessão em Linha Reta: Sucessão dos Descendentes.....	559
28.4	Igualdade de Direito Sucessório dos Descendentes na Atualidade. O Art. 227, § 6º, da Constituição Federal de 1988.....	561
28.5	Direito de Representação. Representação na Classe dos Descendentes....	564
28.5.1	Fundamento do Instituto da Representação.....	566
28.5.2	Requisitos da Representação.....	567
28.5.3	Efeitos da Representação	568
28.6	Sucessão dos Ascendentes.....	568
28.7	Sucessão do Cônjuge Sobrevivente	569
28.7.1	Meação do Cônjuge.....	569
28.7.2	Sucessão do Cônjuge. Evolução na Posição Sucessória da Mulher.....	570
28.7.2.1	A sucessão do cônjuge no Código de 2002.....	572
28.7.2.2	Legitimidade do cônjuge para suceder.....	577
28.8	União Estável. Direito Sucessório dos Companheiros	578
28.8.1	Direitos Sucessórios dos Companheiros no Código de 2002...	584
28.9	Sucessão dos Colaterais	585
28.10	Sucessão do Estado.....	586
28.11	Sucessão do Cônjuge. Direito Real de Habitação.....	587
28.11.1	Antecedentes. Princípios.....	587
28.11.2	Direito de Habitação e União Estável	588
28.11.3	Aspectos do Direito Real de Habitação Sucessório. Soluções ..	589
29	Herdeiros Necessários. Porção Legítima. Inalienabilidade e Outras Cláusulas Restritivas	591
29.1	Restrição à Liberdade de Testar. Histórico. Fundamento	591
29.1.1	Cálculo das Doações no Cômputo das Legítimas.....	594

29.2	Restrições que Pode Sofrer a Legítima. A Cláusula de Inalienabilidade ...	595
29.2.1	Conceito da Cláusula de Inalienabilidade.....	598
29.2.2	Espécies de Inalienabilidade.....	598
29.2.3	Efeitos da Inalienabilidade. Exceções.....	599
29.3	Cláusula de Incomunicabilidade.....	601
29.4	Cláusula de Impenhorabilidade.....	602
29.5	Cláusula de Conversão de Bens da Legítima.....	603
29.6	Cláusula de Administração de Bens à Mulher Herdeira no Código de 1916.....	604
29.7	Sub-rogação de Vínculos.....	604
29.8	Cláusulas Restritivas no Código Civil de 2002.....	606
30	Testamento.....	609
30.1	Introdução.....	609
30.2	Aspectos Históricos.....	610
30.3	Definição, Conceito e seus Elementos Constitutivos.....	612
30.3.1	O Testamento é Negócio Jurídico.....	613
30.3.2	O Testamento é Ato Unilateral.....	613
30.3.3	O Testamento é Ato de Última Vontade ou <i>Causa Mortis</i>	613
30.3.4	O Testamento é Negócio Jurídico Revogável.....	614
30.3.5	O Testamento é Ato Solene.....	614
30.3.6	O Testamento é Ato Personalíssimo.....	616
30.4	Disposições não Patrimoniais do Testamento.....	617
30.5	Gratuidade do Testamento.....	619
31	Capacidade de Testar e Capacidade de Adquirir por Testamento.....	621
31.1	Capacidade de Testar (Capacidade Testamentária Ativa).....	621
31.1.1	Incapacidade em Razão da Idade.....	622
31.1.2	Incapacidade por Falta de Discernimento ou Enfermidade Mental.....	623
31.1.3	Diferença entre Incapacidade de Testar e Vícios de Vontade... ..	627
31.1.4	Surdos-mudos.....	628
31.2	Sobre outras Incapacidades.....	629
31.3	Capacidade de Adquirir por Testamento (Capacidade Testamentária Passiva).....	631
31.3.1	Situação do Nascituro.....	632
31.3.2	Atribuição Testamentária à Prole Eventual.....	632
31.4	Incapacidade Relativa ou Falta de Legitimação para Adquirir por Testamento.....	635
31.5	Simulação de Contrato Oneroso e Interposição de Pessoas.....	636

32 Formas de Testamento. Testemunhas. Codicilos	639
32.1 Introdução.....	639
32.2 Perda, Extravio ou Destruição do Testamento.....	642
32.3 Testamento Público.....	642
32.3.1 Registro e Cumprimento do Testamento Público (Disposições Processuais).....	648
32.4 Testamento Cerrado (Secreto ou Místico).....	649
32.4.1 Atividade Notarial no Testamento Cerrado.....	651
32.4.2 Testador e sua Posição no Testamento Cerrado.....	653
32.4.3 Abertura, Registro e Cumprimento do Testamento Cerrado (Disposições Processuais).....	655
32.5 Testamento Particular.....	657
32.5.1 Testamento Particular Excepcional.....	661
32.5.2 Publicação e Confirmação do Testamento Particular (Disposições Processuais).....	663
32.6 Testamentos Especiais.....	663
32.7 Testemunhas Testamentárias no Código de 1916.....	665
32.7.1 Testemunhas no Testamento no Código de 2002.....	667
32.8 Codicilos.....	668
33 Disposições Testamentárias: Conteúdo, Interpretação e Análise	671
33.1 Conteúdo do Testamento.....	671
33.2 Interpretação da Vontade Testamentária.....	672
33.3 Disposições Simples, Condicionais, com Encargo, por Certa Causa e a Termo.....	676
33.4 Identificação dos Beneficiários. Disposições Nulas. Pluralidade de Sucessores. Disposições Testamentárias Anuláveis.....	679
34 Legados. Modalidades	683
34.1 Interação do Conceito.....	683
34.2 Legado de Coisa Alheia.....	686
34.3 Legado de Usufruto e Direitos Reais Limitados.....	688
34.4 Legado de Imóvel.....	689
34.5 Legado de Alimentos.....	689
34.6 Legado de Crédito.....	691
35 Efeitos dos Legados e seu Pagamento	693
35.1 Forma de Aquisição dos Legados.....	693
35.2 Quem Efetua o Pagamento dos Legados.....	696
35.3 Efeitos.....	696

36 Caducidade dos Legados	701
36.1 Introdução	701
36.2 Modificação da Coisa Legada	702
36.3 Alienação da Coisa Legada	703
36.4 Perecimento ou Evição da Coisa Legada.....	704
36.5 Caducidade por Indignidade.....	706
36.6 Caducidade pela Pré-Morte do Legatário	706
37 Direito de Acrescer entre Herdeiros e Legatários	707
37.1 Introdução. Conceito	707
37.2 Direito de Acrescer entre Coerdeiros	710
37.3 Direito de Acrescer entre Legatários.....	712
37.4 Direito de Acrescer no Usufruto	713
38 Substituições. Fideicomisso	715
38.1 Substituições. Conceito. Origem. Vontade do Testador e Limites Legais.....	715
38.2 Substituição Vulgar e Recíproca.....	718
38.3 Fideicomisso	719
38.3.1 Histórico do Fideicomisso	721
38.3.2 Modalidades de Fideicomisso. Objeto. Duração. Fideicomisso Residual.....	722
38.3.3 Fideicomitente, Fiduciário e Fideicomissário. Direitos e Deveres. Caducidade e Extinção do Fideicomisso.....	724
38.3.4 Fideicomisso e Usufruto	728
38.3.5 Utilidade do Fideicomisso.....	729
39 Deserdação	731
39.1 Exclusão dos Herdeiros Necessários.....	731
39.2 Origens Históricas.....	736
39.3 Requisitos da Deserdação.....	736
39.4 Prova da Causa da Deserdação.....	737
39.5 Casos de Deserdação.....	740
39.6 Efeitos da Deserdação.....	743
39.6.1 Os Efeitos Não Passam da Pessoa do Deserdado	743
39.6.2 Diferenças na Situação Jurídica do Indigno e na Situação Jurídica do Deserdado.....	745
39.6.3 Destino dos Bens que Caberiam ao Deserdado	746

40	Redução das Disposições Testamentárias	747
40.1	Conceito.....	747
40.2	Procedimento para a Redução.....	749
40.3	Cálculo da Parte Inoficiosa	753
40.3.1	Doações e Parte Inoficiosa	754
40.4	Regras para a Redução.....	755
41	Nulidades do Testamento. Revogação e Caducidade.....	759
41.1	Nulidades em Matéria de Testamento	759
41.2	Revogação do Testamento.....	764
41.2.1	Revogação pela Abertura ou Dilaceração do Testamento Cerrado.....	767
41.2.2	Revogação Presumida (Ruptura do Testamento).....	768
41.3	Caducidade dos Testamentos.....	770
42	Testamenteiro	771
42.1	Conceito. Origens.....	771
42.2	Natureza Jurídica.....	771
42.3	Da Necessidade da Testamentaria.....	773
42.4	Escolha e Nomeação do Testamenteiro.....	773
42.5	Posse dos Bens da Herança	774
42.6	Obrigações do Testamenteiro	776
42.7	Testamenteiros Simultâneos.....	779
42.8	Remuneração do Testamenteiro (a Vintena).....	780
42.9	Extinção da Testamentaria	783
43	Sonegados	785
43.1	Conceito.....	785
43.2	Requisitos da Sonegação.....	789
43.3	Quem Pode Praticar a Sonegação	791
43.4	Momento em que Ocorre a Sonegação.....	792
43.5	Quem Pode Mover Ação de Sonegados	793
43.6	Ação de Sonegados.....	794
43.7	Efeitos da Sonegação. Penas.....	795
44	Colações	797
44.1	Conceito. Fundamento	797
44.2	Colaço e Redução das Liberalidades.....	801
44.3	Quem Deve Colacionar	803
44.4	Momento da Colaço. Procedimento.....	804

44.5	Valor da Colação.....	805
44.6	Objeto da Colação. Bens que não são Colacionados.....	806
45	Partilha. Garantia dos Quinhões. Invalidade da Partilha	809
45.1	Partilha. Conceito. Início do Procedimento	809
45.2	Espécies de Partilha.....	812
45.3	Regras a Serem Observadas para uma Melhor Partilha.....	814
45.4	Frutos dos Bens Hereditários.....	816
45.5	Partilha Feita em Vida	816
45.6	Sobrepartilha.....	818
45.7	Garantia dos Quinhões Hereditários. Responsabilidade pela Evição ...	820
45.8	Invalidade da Partilha: Nulidade e Anulação. Rescisão da Sentença de Partilha.....	821
46	Encargos de Herança. Pagamento das Dívidas	827
46.1	Espólio. Encargos da Massa Hereditária	827
46.2	Procedimento para o Pagamento das Dívidas do Espólio	828
46.3	Dívidas da Massa Hereditária: Dívidas Póstumas. Dívidas com Privilégio Geral.....	832
46.4	Responsabilidade dos Herdeiros	834
46.5	Pedido de Separação de Patrimônios Feito por Legatários e Credores...	834
	Bibliografia.....	837
	Índice Remissivo	845